

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ –
MARANHÃO, EM 12/01/2017.

Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Foi justificada a ausência do Conselheiro Luiz Gonzaga Correa Neto. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando a todos os presentes quando fez a leitura da pauta para esta reunião: **1º PONTO: Leitura da Ata da Reunião anterior;** **2º PONTO:** Plano de Contingência da Dengue; **3º PONTO:** Estruturação da Comissão de Educação Permanente do Controle Social no SUS – CEPCCS; **4º PONTO:** Entrega da Escala de Plantões das Drogarias/2017 e **5º PONTO:** Informes. Iniciamos pelo **1º PONTO** da pauta com a Leitura da Ata da Reunião anterior feita pelo Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, em seguida submetida à apreciação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: Plano de Contingência da Dengue.** Após a distribuição do Plano de Contingência para os Conselheiros, fez uso da palavra a Coordenadora da Vigilância em Saúde Samanda Kely Brito de Moraes que explanou em datashow o Plano de Contingencia da Dengue, Zika e Febre Chicungunya, 2016-2017, que é um requisito obrigatório à apresentação do mesmo no plenário do CMS. Falou da necessidade de se ficar alerta durante o período chuvoso onde existe uma tendência de aumento nos eventos de casos dessas doenças. O planejamento das ações de campo é baseado em zoneamento, com 130.009 imóveis na zona urbana e 3.088 imóveis na zona rural com 430 pontos estratégicos. Quinzenalmente é trabalhado a prevenção e mensalmente realizado o trabalho perifocal. Após todas as suas explicações a palavra foi franqueada onde a Dra. Maria das Graças Carvalho de Sousa comentou da importância de se estimular a população a participar dessas questões, fez algumas perguntas que foram prontamente respondidas pela Coordenadora da Vigilância em Saúde Samanda Kely de Moraes, e propõe que o carro fumacê como uma das medidas fundamentais para o combate a dengue, continue fazendo suas atividades na cidade. O Sr. José Ribamar Silva Costa, Coordenador do Departamento de Vetores disse que não se pode estar usando o fumacê continuamente, só quando o município está infestado e temos que obedecer às diretrizes do Ministério da Saúde. O Tenente Coronel Roberto

 1 

Furtado, Comandante do 50º BIS, falou da atuação no combate a dengue realizado em 2016 e está aqui nessa reunião a convite do Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano para ajudar nessa questão do combate a dengue e conscientização da população, que no seu ponto de vista é muito importante. Ano passado após o dia "D" de mobilização nacional continuaram fazendo o trabalho e conseguiram visitar muito imóveis. Um dos problemas enfrentados é a questão dos imóveis fechados. Disse ainda que o 50º BIS só libera a equipe se os dados estatísticos estiverem alarmantes. Pede a SEMUS que quando estiverem juntos se atuar primeiro nas áreas mais críticas e o 50º Batalhão se coloca a disposição da cidade. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa comentou que a classificação de riscos deve realmente acontecer. O Sub Secretário de Saúde Dr. Marcondes Carneiro Leite expôs as dificuldades dos Agentes de Endemias e Agentes Comunitários de Saúde que muitas vezes são proibidos de entrarem nas residências, e com relação ao dia "D", 80% (oitenta por cento) deve ser colaboração da sociedade. Em seguida fez uso da palavra o Sr. Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano, onde fez um breve relato da importância de uma ação de impacto na segunda quinzena deste mês de janeiro e dar um ponto de partida às ações continuadas impactando a população. Não podemos deixar a febre amarela voltar. A Conselheira Lívia Maria Dias Oliveira Bustamante comunicou que a vacina da febre amarela está sendo disponibilizada para a sociedade. Nesse momento o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins, solicitou ao Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva a leitura do ofício que indica a substituição dos Conselheiros da Gestão anterior para representar a atual Gestão, são eles: 1 - Marcondes Carneiro Leite (Titular) e Sormannes Branco Oliveira (Suplente) e 2- Manoel Alves Pereira (Titular) e Thais Alexandra Lopes Dos Santos (Suplente). Após apresentação dos quatro nomes o Sr. Manoel Alves Pereira assumiu a vaga da Mesa Diretora na função de Vice – Presidente do CMS, sendo aprovado pela plenária. Os demais Conselheiros foram distribuídos nas vagas das Comissões do CMS. **3º PONTO: Estruturação da Comissão de Educação Permanente do Controle Social no SUS – CEPCSS.** O Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins falou da necessidade de se formar a Comissão de Acompanhamento de Execução da Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS, nas três esferas de controle social e por conta disso sugere a indicação de quatro nomes, sendo: dois usuários, um trabalhador e um gestor. Foram indicados os seguintes nomes: Representantes dos Usuários: ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA E ALBANE FREITAS DE SOUSA, Representante dos Trabalhadores: LÍVIA MARIA

DIAS OLIVEIRA BUSTAMANTE e Representante do Gestor /Prestador: SORMANNE BRANCO OLIVEIRA. Colocado em apreciação foi aprovada a Estruturação da Comissão de Educação Permanente do Controle Social no SUS – CEPCCS pela plenária do CMS. **4º PONTO: Entrega da Escala de Plantões das Drogarias/2017.** Foi entregue a todos os Conselheiros a escala de plantão das drogarias realizada pela Vigilância Municipal e 5º PONTO: Informes. Nesse momento o Secretário de Saúde, Dr. Alair Firmiano fez apresentação dos Coordenadores presentes nesta reunião conforme conta suas assinaturas no livro de presença do CMS. Ficou de agendar uma reunião específica com todos os Coordenadores com o Conselho de Saúde e finalizou dizendo que vamos trabalhar em prol da melhoria de nossa cidade. O Conselheiro João Assunção Martins informa que algumas farmácias quando estão de plantão ficam com as portas fechadas. A Sra. Márcia Marly S. de Figueiredo Chefe de Núcleo da Vigilância Sanitária, presente nesta reunião, informou que essa questão já está no planejamento da nova Coordenadora e já vai dar início a essas ações logo agora em janeiro. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa solicita espaço em uma das reuniões do CMS para apresentar a sua dissertação com o tema: Acessibilidade a Pacientes com Necessidades Especiais, com base nos dados do PMAC e acredita que a mesma será de grande valia para a gestão como panorama da realidade. O Conselheiro Franklin Roosevelt Marinho Chaves informa que já tem um novo Coordenador no SAMU – 192 e os relatórios que estavam faltando para que a Comissão de Fiscalização analisasse as contas do SAMU já foram localizados, por conta disso solicita uma reunião extraordinária do Conselho após apreciação da Comissão de Fiscalização para que o SAMU volte a receber seus recursos. O Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins disse que a falta de 48 processos do Samu foi o que levou o CMS a não fazer análise das mesmas e vamos aguardar o encaminhamento dessas pastas. A Conselheira Rosimar Melo Teles falou da dificuldade dos Coordenadores de postos se fazerem presentes nas reuniões do CMS quando convocados e da questão de documentos que são protocolados hoje e com quinze dias depois estão te solicitando o mesmo documento, espera que com essa gestão seja diferente. Com a palavra Dr. Marcondes Carneiro Leite disse que tem experiência como Secretário de Saúde e aprendeu respeitar o Conselho de Saúde e que a preocupação dessa gestão é um entendimento de respeito com todos, e que os Coordenadores que forem convocados para reunião e não comparecerem ao chamado, não servem para fazer parte da gestão. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da

mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA

ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA

LIVIA Ma. D. OLIVEIRA BUSTAMANTE

MARCONDES CARNEIRO LEITE

ELIZABETH RODRIGUES LIMA

FRANKLIN ROOSEVELT MARINHO CHAVES

HÉLIO FRANCE SENA SANTOS

HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA

IOMAR MENDES DE SOUSA

SILVANA CASTRO FERREIRA

WANDERSON MOREIRA DA SILVA

JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS

JOÃO CARLOS DE SOUSA

FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO

Ma. DIVINA SILVA REIS

MARIA ALMEIDA VARÃO

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO LIMA

SILVANA DOS SANTOS CARVALHO

Ma. TAMAR T. C. DE SOUSA

MANOEL ALVES PEREIRA

ANTONIO ESMÉRIO DE ALMEIDA

RENATA FERNANDES LEAL

MARINEIDE BARBOSA LIMA

ROSEMAR MELO TELES

RAIMUNDO NONATO F. DA SILVA

SEBASTIÃO JOSÉ DOS REIS COSTA

FRANCISCO CLEYTON DA S. B. SERAFIM

SARMONNE BRANCO OLIVEIRA

THAIS ALEXANDRA LOPES DOS SANTOS

Albane Freitas de Sousa
Ana Claudia Braga Santos Silva
Livia Ma. D. Oliveira Bustamante

Marcondes Carneiro Leite
Elizabeth Rodrigues Lima

Franklin Roosevelt Marinho Chaves
Helio France Senna Santos
Helio Jose Bertoldo da Silva
Iomar Mendes de Sousa
Silvana Castro Ferreira

João Assunção Martins
João Carlos de Souza
Francisco das Chagas Pacheco

Maria Divina S Reis
Maria Almeida Varão
Maria de Fatima A Lima
Silvana dos Santos Carvalho
Maria Tamar T.C. de Sousa
Manoel Alves Pereira

Renata Fernandes Leal
Marineide Barbosa Lima
Rosemar Melo Teles
Raimundo Nonato F. Silva

Francisco Cleiton da S. B. Serafim
Sarmonne Branco Oliveira
Thais Alexandra Lopes dos Santos

Imperatriz - Ma, 12 de janeiro de 2017.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ –
MARANHÃO, EM 27/01/2017.

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando a todos os presentes quando fez a leitura do edital de convocação para esta reunião: A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno em seu Artigo 6, inciso I, resolve convocar uma reunião extraordinária a ser realizada no dia 27.01.2017 (sexta – feira), no auditório da SEMUS, as 14 horas para apreciação do Relatório do SAMU - 192. Imperatriz - MA, 24 de janeiro de 2017. 1º Ponto: Leitura da Ata da reunião anterior. O Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins solicitou ao Conselheiros Hélio José Bertoldo da Silva que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior que submetida à apreciação, foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. 2º Ponto: Relatório Quadrimestral do SAMU 192/2016. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva fez a leitura do Relatório da Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros do CMS. Em seguida o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins agradeceu a presença do novo Coordenador do SAMU, Sr. Alexandro Freitas, foi pertinente sua presença nessa discussão e pede para que atenda as orientações do Conselho, e disse que o SAMU deve disponibilizar uma ou duas pessoas para ficar no setor de contabilidade, exclusivo para tratar das pastas do SAMU. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva comentou que se esse relatório fosse levado em consideração todas às observações, não seria aprovado. E sugere que o SAMU tenha sua abertura de processos separados, pois não tem como

analisar as ~~com~~ transferências que não se sabe de onde veio e nem para onde vai, pois está ficando inconveniente para o CMS estar aprovando esses relatórios com tantas recomendações. O Conselheiro Manoel Alves Pereira, Presidente da Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros do CMS, concorda que se o CMS fosse fazer o que manda a lei, não aprovaria esse relatório. Sabemos que o próximo relatório referente ao 3º Quadrimestre ainda virá com essa deficiência de dados, mas essa Comissão pactuou que os relatórios a partir de janeiro 2017 que vierem sem as informações devidas, não serão aprovados. No momento da fiscalização tivemos algumas dúvidas e convidamos o Sr. Joel Gouveia, Contador da SEMUS e o Sr. Airton Porto, Tesoureiro, para dirimir algumas dúvidas o que nos foi prontamente atendido. Precisamos dar credibilidade para a gestão atual e daqui pra frente esse tipo de situação não vai mais acontecer. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que o Contador da SEMUS, SR. Joel Gouveia já recebe as pastas do SAMU dessa forma. Nesse momento fez uso da palavra o Sr. Joel Gouveia, onde fez uma breve explanação e disse que os fatos já chegam acontecidos no seu setor e acha que há manipulação de recursos, e com relação ao acompanhamento efetivo, pensa que esse mecanismo deve ser melhorado, institucionalizado para o SAMU fazer suas prestações de contas. O SAMU recebe dois recursos e mais a contrapartida do município, por isso acha difícil ter uma licitação própria e sugere ao Coordenador do SAMU fazer um acompanhamento nos processos em tramitação. Com a palavra o atual Coordenador do SAMU Sr. Alexandre Freitas disse que é um apaixonado pelo samu e assumiu essa pasta para melhorar essa situação e mesmo sendo leigo, ao ver o relatório já observou inúmeras irregularidades. Hoje temos uma bagunça financeira dos recursos do SAMU e não podemos aceitar, a SEMUS usar o recurso do SAMU em outras finalidades. A sua estrutura está precária e corremos o risco de perder a qualificação por conta das outras regionalizações do SAMU não estarem alimentando os dados no sistema. E com relação ao que o Sr. Joel Gouveia falou, acata. Pois o acompanhamento do Gestor nos processos do SAMU, já vai melhorar essa situação. . Informou que já está fazendo uma parceria com o Corpo de



Bombeiros e a Polícia Militar e assim estará economizando dinheiro. Vamos ter duas motos doadas. Quer que o SAMU seja respeitado, sem trote e vai trazer um relatório mais profissional, e que as ressalvas sejam minimizadas. Nesse momento também foi notada a presença dos Coordenadores da Saúde da Mulher Dra.Ma. das Graça, Dantas e o Coordenador da Saúde do Homem e do idoso, Sr. Vagner Pereira dos Santos os mesmos disseram que estão iniciando com compromisso, tentando organizar as coisas e se colocam a disposição do CMS para cooperar com a saúde do cidadão. O Sr. Presidente João Assunção Martins disse que o CMS tem cobrado muito, e espera que a coisa mude daqui pra frente, e em seguida colocou em apreciação o 2º Relatório Quadrimestral do SAMU – 192, referente aos meses de maio, junho, julho e agosto/2016 com as devidas ressalvas, o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. 3º Ponto: Informes. A Assessora de Planejamento Isabel Macêdo informa que na próxima reunião do CMS o Prefeito vai estar presente, pois tem interesse de participar de todas as reuniões do CMS. Quer capacitar todos os Conselheiros para fazer gestão, e os mesmos tem autonomia para escolher o primeiro ponto a ser trabalhado. Vai abrir uma sala de monitoramento junto com um laboratório exclusivo para os Conselheiros de Saúde, chamado Casa de Vidro. E comentou da resolução do CMS com relação a devolução da verba da implantação da UPA 24h, porte III, dizendo que o CMS tinha aprovado a devolução da verba e agora a gestão está tentando reverter a situação para o retorno do recurso e assim poder dar continuidade ao que essa verba foi proposta. Encontraram uma Atenção Básica sucateada e com muitas dificuldades. Nesse momento o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva retrucou dizendo que esse Conselho jamais faria um ato desses, e no momento da discussão aqui na plenária, achamos inviável tal devolução por se tratar de melhoria para o serviço público de saúde municipal e que acarretaria prejuízos irreparáveis para a população, e garante que esse Conselho se opôs a devolução do referido recurso e deixamos a cargo do ordenador de despesas a decisão final, e a resolução do CMS nº16/2016 comprova toda sua fala. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém



mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS
ELIZABETH RODRIGUES LIMA
FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO
HÉLIO FRANCE SENA SANTOS
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS
JOÃO CARLOS DE SOUSA
LUIZ CÉZAR VIEIRA
LUIZ GONZAGA CORREIA NETO
Ma. TAMAR T. C. DE SOUSA
MANOEL ALVES PEREIRA
MARIA ALMEIDA VARÃO
MARINEIDE BARBOSA LIMA
ROSEMAR MELO TELES
SILVANA CASTRO FERREIRA
SORMANNE BRANCO OLIVEIRA

Ana Claudia Braga Santos
Elizabeth R. Lima
Francisco das Chagas Pacheco
Helio France Senna Santos
Helio Jose Bertoldo da Silva
Joao Assuncao Martins
Joao Carlos de Souza
Luiz Cesar Vieira
Luiz Gonzaga Correia Neto
Ma. Tamar T. C. de Sousa
Manoel Alves Pereira -
Maria Almeida Varão
Marineide Barbosa Lima
Rosemar Melo Teles
Silvana Castro Ferreira
Sormanne Branco Oliveira

Imperatriz - Ma, 27 de janeiro de 2017.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ –
MARANHÃO, EM 09/02/2017.

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando a todos os presentes quando fez a leitura da pauta para esta reunião: **1º PONTO: Leitura da Ata da Reunião anterior;** **2º PONTO:** Proposta do CMS para Gestão; **3º PONTO:** Programação Anual de Saúde - 2017; **4º PONTO:** Relatório de Execução Orçamentária – REEO; **5º Bimestre** Apresentação de Dissertação (Dr. Iomar Mendes); **6º PONTO:** Informes. Iniciamos pelo 1º PONTO da pauta com a leitura da Ata da reunião anterior, feita pelo Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva. Nesse momento o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva apresentou cópia da resolução do 16/2016 - CMS onde declara que o Conselho Municipal de Saúde em nenhum momento foi conivente com a devolução do recurso da implantação da UPA Porte III, acha que a Assessora de Planejamento Izabel Myriam Pereira Leite Macêdo deveria estar aqui presente nessa reunião para se retratar, pois a mesma foi infeliz em sua colocação. Vários Conselheiros se manifestaram concordando com a fala do Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva. Em seguida o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins colocou em apreciação a Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: Proposta do CMS para Gestão.** O Presidente do CMS - João Assunção Martins, fez uma breve explanação sobre as seguintes propostas do Conselho Municipal de Saúde para a gestão, **1ª Proposta:** CPL exclusiva da saúde para facilitar os andamentos dos contratos; **2ª Proposta:** Almoxarifado central para ter controle no recebimento de todos os produtos relacionados com a saúde e **3ª Proposta:** Cartão SUS, onde propõe criar um tipo de cadastramento para exclusividade dos serviços à população do município de Imperatriz. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que essas três situações são para melhorias dos serviços da saúde e acredita que a CPL própria para a saúde, pode ser constituída junto a CPL já existente e assim agilizar os serviços da saúde. Com relação ao almoxarifado central, tem certeza que será uma economia muito grande de material. Já ouviu muitas pessoas criticarem a forma de recebimento de

medicamentos no HMI e aqui na SEMUS, onde era visto caminhões descarregarem nos corredores sem controle no recebimento dos produtos licitados. Com a palavra o Secretário Adjunto Dr. Marcondes Carneiro Leite elogiou o Conselho Municipal de Saúde dizendo que este colegiado leva as coisas a sério, realiza um trabalho muito eficiente e parabeniza a forma como está sendo conduzido os trabalhos. Essa questão das propostas é essencial e necessária. O Conselheiro Luiz Gonzaga Correia Neto fez algumas perguntas com relação aos atendimentos na mudança do Cartão SUS e quanto aos pacientes que vierem de outros municípios em busca de atendimento. Dr. Marcondes esclareceu dizendo que as pessoas passando mal, são atendidas em qualquer lugar. Com relação aos pacientes de outros municípios que vierem encaminhados, só vão serão atendidos dentro da cota deles de acordo a PPI – Plano Plurianual. Não sabe se um novo cartão é a forma ideal, mas vamos analisar e se der certo acredita que vai melhorar e gerar uma economia no serviço. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que nós enquanto Conselho, estamos solicitando um cadastramento e a gestão é quem vai ver o que é mais viável. O Conselheiro Manoel Alves Pereira sugere a criação de uma Comissão do CMS para estudo da viabilidade técnica e jurídica do cadastramento do Catão SUS no município de Imperatriz – Ma. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa sugere que para fazer o cadastramento do Cartão SUS, seja usado utilizado os mesmos dados que a justiça eleitoral utilizou para fazer o cadastramento dos títulos eleitorais. Colocado em votação as três propostas do Conselho de Saúde para a Gestão: 1ª CPL exclusiva para a saúde; 2ª Almoxarifado central para recebimento de todos os produtos relacionados com a saúde e 3ª Recadastramento do Cartão SUS, foram aprovadas as três propostas por unanimidade dos Conselheiros presentes. Nesse momento o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins questionou a falta do lanche e de vales transportes para os Conselheiros que não tem transportes se deslocarem para as reuniões. **3º PONTO: e 4º PONTO: Relatório de Execução Orçamentária – RREO.** O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva fez a leitura do ofício em que a Gestão solicita a inclusão desses dois pontos em pauta. Em seguida passou a palavra para a Assessora de Planejamento da SEMUS Isabel Myriam Pereira Leite Macêdo que agradeceu a oportunidade de estar aqui para fazer esse diálogo. Justificou que no momento da leitura da Ata da reunião não estava presente, mas fez suas explicações sobre sua fala na reunião anterior com relação à resolução do CMS que trata da devolução da verba da UPA porte III, e quer nesse momento se retratar pedindo desculpas, pois realmente o Conselho não aprovou essa devolução.

E com relação ao Terceiro Quadrimestre do RAG – Relatório Anual de Gestão/16 tem até dia 28 deste mês para estar com ele pronto contendo o **Relatório de Execução Orçamentária – RREO**. Disse que os Coordenadores estão tendo dificuldades de consolidar os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro/2016 e por conta disso foi dado mais um prazo para que eles façam essa consolidação. Também vamos encaminhar para o CMS A PAS/2017 baseada no Plano Plurianual, esse é um instrumento de gestão que temos toda responsabilidade. Já deviam ter enviado o SIOPS/16, mas ainda não foi fechado, mas vai enviar assim que for possível o último quadrimestre/16. Diante do exposto solicita a esse colegiado uma reunião extraordinária para se cumprir essa demanda. O Sr. Presidente do CMS João Assunção Marins, disse que precisamos de cópias desse material para que a Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira possa se reunir e dar um parecer, só então é que podemos nos reunir. A Sra. Isabel Myrian Pereira Leite Macêdo disse que vai fazer o possível para que esse material chegue o quanto antes na sala do CMS. Daí foi sugerido reunião extraordinária para o dia 23/02/17 para analisar esses dois pontos. Ainda com a palavra a Sra. Isabel Myrian Pereira Leite Macêdo falou da Implantação do Projeto da Sala de Vidro para os Conselheiros e se pensa desenvolver em duas etapas, tudo isso para que o Conselho de Saúde seja conectado e por falta de local, sugere que se adeque os três computadores na sala do CMS. Parabeniza o Conselho de Imperatriz por ser atuante e todas essas mudanças além da valorização é um ato de reconhecimento pelo trabalho que desenvolvemos. Esse será um projeto pioneiro e vamos servir de exemplo e modelo para outros municípios. E pensando nesse laboratório Dr. Alair Batista Firmiano junto a Fundação Ulisses Guimarães conseguiu o material do Curso para Gestores Públicos Municipais em III módulos que será apresentado Noções de Administração Pública Municipal para os Conselheiros de Saúde. Ao fazer uso da palavra Alair Batista Firmiano comunicou que Sra. Izabel Myrian Pereira Leite Macêdo e Sormanne Branco Oliveira estiveram em São Luiz junto a CGU e para mostrar a que veio essa Casa de Vidro, nos foi doado esse material didático. Disse ainda que temos que nos fortalecer. A Conselheira Ana Cláudia pergunta se a gestão vai oferecer o curso com certificação pela CGU e se vai ter modalidade presencial e a distância. **5º Ponto: Apresentação de Dissertação (Dr. Iomar Mendes).** Com a palavra o Conselheiro Iomar Mendes de Sousa disse que se achou na obrigação de trazer sua dissertação onde contém parte daquilo que o CMS devotou a ele. Trás essa devolutiva, onde faz uma abordagem das necessidades de acessibilidade para os usuários com deficiência.

nas unidades Básicas de Saúde de Imperatriz, sob o tema: Acessibilidade para Usuários com Deficiência nas Unidades Básicas de Saúde de Imperatriz – Ma. Continuou dizendo que parte das Unidades de Saúde são casas alugadas e sem nenhuma adequação necessária. Há necessidade de um olhar da Gestão para essa questão, pois muitas vezes um usuário com deficiência deixa de acessar ao sistema por conta dessas dificuldades basta cumprir o manual. Só queremos contribuir com a gestão e esse material será entregue uma cópia para a Gestão e outra cópia ficará no CMS. **6º PONTO: Informes.** A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante informa à situação que os Enfermeiros da Atenção Básica estão enfrentando, devido estar vindo de um momento nebuloso com falta de material, porém mesmo assim eles mantêm a assistência à saúde para a população, diminuindo assim a demanda dos outros nosocômios existentes nesta cidade, como HMI e UPA's, entre outros, evitando através destes profissionais da Atenção Básica o colapso da saúde no município. Contudo, não estão recebendo em contrapartida a devida valorização pela gestão, e a verba para a Atenção Básica já está na Base Municipal desde dia 31/01/17 e até o momento não foi repassado à conta dos trabalhadores. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva informa que os prestadores e fornecedores estão querendo saber o que é preciso para que os mesmos recebam seus pagamentos. Dr. Marcondes Carneiro Leite respondeu dizendo que da ESF até terça – feira estará recebendo, em relação aos pagamentos dos prestadores de serviços temos um débito muito grande, entre tudo dá um saldo devedor muito alto. A intensão é pagar todos e a gestão vai conversar individualmente com cada um. Daí deu o exemplo da CIANEST que desde abril/16 estava trabalhando sem contrato e fizeram uma negociação junto a Promotoria, mas com os fornecedores será diferente, pois são mais de 500 contratos. O Sr. Valter, representante da UNI RAD perguntou em relação ao mês de dezembro, pois o prestador que só recebe tabela SUS o lucro é bem pequeno e até agora não recebeu nenhuma informação. Dr. Marcondes Carneiro Leite respondeu dizendo que a prioridade é para quem faz a tabela SUS e que será pago a partir do mês de dezembro/16. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva falou sobre os R\$ 11.000.000.00 (onze milhões) que o Prefeito anterior recebeu ao fazer o decreto de calamidade pública na saúde e pergunta se o gestor atual acha ser necessário decretar calamidade pública na saúde, pois nós como Conselheiros estamos prontos para ajudar. Dr. Marcondes Carneiro Leite disse que essa proposta é muito importante. O Conselheiro Iomar Mendes da Sousa informa que todas as Unidades Básicas de Saúde estão sem gases e anestésicos por conta do município não estar

tendo condições de comprar devido ao processo de licitação. Dr. Marcondes Carneiro Leite disse que já foi colocado medicamentos nas UTI's pediátrico e adulto e não está faltando nada, e isso só foi possível por conta de uma empresa que ainda tá em situação legal. Em seguida o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins colocou em votação AD Referendum de Calamidade Pública. Todos foram de acordo. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que deve ser feito uma dispensa de licitação para não parar os serviços da saúde. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa parabenizou o Sr. Valter, diretor da UNI RAD por ter concentrado os dois locais de atendimento num só local e pergunta ao mesmo o porque da demora na entrega de resultados de exames. O que respondeu dizendo que é por conta da demanda muito grande de usuários. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA
 ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA
 FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO
 FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO
 FRANKLIN ROOSEVELT MARINHO CHAVES
 HÉLIO FRANCE SENA SANTOS
 HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
 IOMAR MENDES DE SOUSA
 IZABEL CRISTINA LEAL DA SILVA
 JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS
 JOÃO BATISTA LIMA
 JOÃO CARLOS DE SOUSA
 LIVIA Ma. D. OLIVEIRA BUSTAMANTE
 LUIZ GONZAGA CORREA NETO
 LUIZ CÉZAR VIEIRA
 Ma. DIVINA SILVA REIS
 MANOEL ALVES PEREIRA
 MARCONDES CARNEIRO LEITE
 MARIA ALMEIDA VARÃO
 MARINEIDE BARBOSA LIMA
 ROSEMAR MELO TELES
 SARMONNE BRANCO OLIVEIRA
 SILVANA CASTRO FERREIRA
 SILVANA DOS SANTOS CARVALHO

Albane Freitas de Sousa
Ana Claudia Braga Santos Silva
Francisco das Chagas Pacheco
Francisco C. Pacheco
Hélio Jose Sena Santos
Hélio Jose Bertoldo da Silva
Iomar Mendes de Sousa
Izabel Cristina Leal da Silva
João Assunção Martins
João Batista Lima
João Carlos de Sousa
Livia Ma. D. Oliveira Bustamante
Luiz Gonzaga Correa Neto
Luiz Cesar Vieira
Maria Divina S Reis
Manoel Alves Pereira
Marcondes Carneiro Leite
Maria Almeida Varão
Marineide Barbosa Lima
Rosemar Melo Teles
Sarmonne Branco Oliveira
Silvana Castro Ferreira
Silvana dos Santos Carvalho

SORMANNE BRANCO OLIVEIRA
WANDERSON MOREIRA DA SILVA

Imperatriz - Ma, 9 de fevereiro de 2017.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ
– MARANHÃO, EM 14/02/2017.

Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando a todos os presentes quando solicitou a leitura do edital de convocação para esta reunião:

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMS A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno em seu Artigo 6, inciso I, resolve convocar os membros do Conselho Municipal de Saúde para uma reunião extraordinária a ser realizada no dia 14/02/2017 (terça – feira), no auditório da SEMUS, às 15:00 horas para análise de documentos encaminhados pela SEMUS referente ao Relatório de Despesas com Prestadores e Fornecedores. Em seguida o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins solicitou ao Conselheiros Hélio José Bertoldo da Silva que procedesse a leitura do ofício nº 24/17 - GS que solicita essa convocação extraordinária. E, como o Conselho tem responsabilidade para com a saúde de Imperatriz, a Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros do CMS se reuniu, analisou a documentação recebida e apresentou um relatório ao Plenário recomendando mais uma vez que seja decretado estado de calamidade pública na saúde de Imperatriz em âmbito financeiro, tendo em vista que o município decretou emergência em 30/11/2016 e não conseguiu resolver o problema. Em seguida o Sr. Presidente do CMS entregou aos presentes cópia do relatório e solicitou ao Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva que procedesse a leitura na íntegra do mesmo. Após a leitura o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva fez uma breve explanação a respeito dos onze milhões conseguidos através do decreto de emergência em 30/11/2016, que não foi suficiente. À época o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, questionou se esse valor seria suficiente para fechar as contas da SEMUS, em vista à situação apresentada pelo então prefeito, Sr. Sebastião Madeira, onde afirmou que o valor acima mencionado seria suficiente para fechar as contas na saúde. Disse ainda o Conselheiro que em virtude das reclamações informais sobre a falta de pagamento

de fornecedores e prestadores de serviços perante a este Conselho, solicitamos da SEMUS informações reais, dos processos não liquidados, empenhados e não empenhados do ano de 2016 e janeiro de 2017, e diante do resultado esse CMS jamais diria não nesse momento, pois o que estamos vendo é em todos os setores a falta de materiais. Com a palavra o Secretário Adjunto Dr. Marcondes Carneiro Leite disse que a gestão estava querendo realmente fazer essa solicitação para o Conselho, mas ficaram com vergonha por conta de recentemente já terem feito essa ação. Mas louva a atitude desse colegiado, em especial Hélio José Bertoldo que levantou essa questão, espera que agora seja resolvido. Amanhã o Prefeito viaja para Brasília e já vamos lutar por essa ajuda. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra inclusive o Conselheiro Luiz Gonzaga Correa Neto que deseja boa sorte ao Prefeito e que o mesmo tenha um bom diálogo para justificar essa necessidade de calamidade pública. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante comentou que a Gestão passada não deu muita atenção às observações do CMS e espera que a Gestão atual siga as orientações do CMS e não venham a incorrer nos mesmos erros, principalmente com relação a folha de pagamento muito cheia. Nesse momento o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que quando vier o RAG – Relatório Anual de Gestão se faça uma comparação entre o antes e o depois. A Conselheira Rosimar Melo Torres disse que estamos aqui para ajudar e dentro do possível sempre fizemos de tudo para não deixar a gestão na mão, mas deve ser melhorada essa questão de trazer as coisas para análise em cima da hora. Dr. Marcondes Carneiro Leite disse que fará de tudo para corrigir esses vícios e cumprir com as orientações do Conselho. O Conselheiro Hélio José Bertoldo pede ao Sub Secretário Dr. Marcondes Carneiro Leite que faça um compromisso com o Conselho de que, ao conseguir esse dinheiro, os fornecedores e prestadores sejam pagos. Nesse momento o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins colocou em apreciação a proposta que seja Decretado Estado de Calamidade Pública na Saúde de Imperatriz em âmbito financeiro, o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. INFORMES: A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante cobrou a visita do Sr. Prefeito a esse Conselho, pois já tem duas vezes que é ventilado a possível presença do mesmo e isso não acontece. Dr. Marcondes Carneiro Leite disse que vai agendar com antecedência para que ele esteja presente na próxima reunião ordinária, e aproveitou a oportunidade para entregar às mãos dos Conselheiros um informativo de que as Assessoras de Planejamento Sormanne Branco Oliveira e Isabel Myrian Macedo,

estiveram na sede do Ministério da Transparência solicitando capacitação para a utilização dos recursos dos programas federais da área da saúde. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante informa que é um absurdo reter o salário do trabalhador que estava com licença maternidade, sendo que o mesmo estava trabalhando a um ano. O Conselheiro Luiz Gonzaga Correa Neto comentou sobre a autorização de exames especializados que tá difícil por não ter uma data fixa, daí os usuários fica tendo que ir várias vezes e nem sempre tem o dinheiro para pagar o transporte e por conta disso as vezes ficam sem terem o atendimento necessário. Acha que deve ter uma data fixa para se autorizar qualquer tipo de exame. Nesse momento fez uso da palavra o Auditor e Conselheiro Luiz César Vieira, fez um breve relato dizendo que antes otorrino, neurologista e ortopedia davam um tempo de resposta muito grande, mas nesse mês estão marcando diariamente para otorrino, ao contrário de como estava sendo antes. No próximo mês será com neurologista e assim que fizer o contrato com ortopedista vai ser o mesmo procedimento. E com relação aos outros profissionais está esperando a agenda deles. Hoje o cartão SUS está atrelado ao comprovante de residência original no nome da pessoa, se mora de aluguel, deve apresentar o contrato ou qualquer correspondência bancária no seu nome. Esse filtro vai melhorar muito e quando estiver tudo pronto vem aqui no CMS passar as informações e está aberto a sugestões. O Sr. Presidente falou do grande problema que ainda precisa ser resolvido que é a questão dos médicos não querer perder tempo com os pacientes, o mesmo já esteve no Centro de Saúde Três Poderes observando essa questão e ficou horrorizado com o tempo de atendimento aos pacientes. E ainda observou frequência assinada por médicos que nem atender foi. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que quem conversa com os pacientes nos Postos de Saúde são os Enfermeiros que estão cada vez mais ganhando seu espaço. O Sub Secretário de Saúde disse que esse pontos aqui abordados são interessantes, deve ser fiscalizado e cobrado. Com relação a Médico de PSF, tá complicado fazer com que eles cumpram sua meta. Franqueada a palavra, a Coordenadora da Atenção Básica Dra. Guiomar Teodósio que fez uma longa explanação da situação anterior e atual da Atenção Básica. Funcionários morando fora do Brasil há mais de ano e que continuava recebendo seu salário normalmente, ACS – Agente Comunitário de Saúde com nível superior assumindo outras funções e ainda sem dar o espaço para novos agentes e muitos deles mesmo disponível estão deixando a desejar, sem cadastrar a produção. Outra queixa é no cumprimento do horário

das UBS's e na sala de vacina. Muitas outras dificuldades, inclusive a da UBS do Bom Sucesso que tem boa estrutura, contemplam três equipes de ESF e quando chove não tem acesso para funcionários e usuários adentrarem as dependências da Unidade. O NASF não está cumprindo sua carga horária e vai sofrer uma reestruturação como os demais setores. A Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva pergunta se a mesma já organizou uma equipe de fiscalização para os Agentes Comunitários de Saúde. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante entende a fala da Dra. Guiomar Teodósio e disse que algumas situações em que o Conselho tem aprovado com recomendações, são para o atendimento à saúde não parar. Teve uma situação em que o Enfermeiro tentou penalizar o ACS por não estar desenvolvendo suas funções, mas o Enfermeiro é que foi penalizado sendo transferido para outro local. E acha que o supervisor de equipe que é o enfermeiro, tem que ter autonomia. Ao fazer uso da palavra o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins disse que nós enquanto Conselho já demonstramos que somos parceiros, agora, certas situações cabe a própria Coordenadora da Atenção Básica tomar as devidas providências, já que ela está a par da situação e teve conhecimento. O papel do Conselho é só mostrar as irregularidades, mas a gestão é quem toma a decisão final. Dr. Marcondes disse que o mais difícil dentro de um município é a Atenção Básica, mas a Dra. Guiomar Teodósio é competente, vamos ter um pouco mais de paciência para se resolver as coisas. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva comentou que essa pessoa que estava recebendo salário e estudando fora deve devolver o dinheiro e perguntou sobre as Coordenações do CEO e Saúde Bucal, e comentou sobre a falta de material, insumo e estrutural, acha que tem muita gente para não fazer nada, com produção muito pouca e o orçamento da saúde bucal não é suficiente para eles fazerem um bom trabalho.. O Conselheiro Luiz César Vieira se lembrou de um relatório que o CMS encaminhou para a gestão anterior, sobre uma ACS que não estava desenvolvendo suas funções e nem na área morava, e nada foi feito. Nesse sentido o Conselho fez sua parte, agora o que falta é a Gestão olhar as demandas do CMS. Dra. Guiomar Teodósio finalizou sua fala agradecendo ao CMS e solicitando apoio. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a

presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS
ELIZABETH RODRIGUES LIMA
FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO
HÉLIO FRANCE SENA SANTOS
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS
JOÃO CARLOS DE SOUSA
LUIZ CÉZAR VIEIRA
LUIZ GONZAGA CORREIA NETO
Ma. TAMAR T. C. DE SOUSA
MANOEL ALVES PEREIRA
MARIA ALMEIDA VARÃO
RENATA FERNANDES LEAL
ROSEMAR MELO TELES
SILVANA CASTRO FERREIRA
IOMAR MENDES DE SOUSA
MARCONDES CARNEIRO LEITE
IZABEL CRISTINA LEAL DA SILVA
LÍVIA Ma. DIAS O. BUSTAMANTE
IOMAR MENDES DE SOUSA

Ana Claudia Braga Santos Silva
Elizabeth R. Lima
Francisco das Chagas Pacheco
Hélio France Senna Santos
Hélio José Bertoldo da Silva
João Assunção Martins
João Carlos de Sousa
Luiz Cezar Vieira
Luiz Gonzaga Correia Neto
Maria Tamar Torquato Cavalcante de Sousa
Manoel Alves Pereira
Maria Almeida Varão
Rosemar Melo Teles
Renata M. Leal
Silvana Castro Ferreira
Iomar Mendes de Sousa
Marcondes Carneiro Leite
Isabel Cristina Leal da Silva
Livia Ma. Dias O. Bustamante
Iomar Mendes de Sousa

Imperatriz - Ma, 14 de fevereiro de 2017.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 09/03/2017.

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando a todos os presentes quando apresentou a proposta de pauta: 1º PONTO: Leitura das duas últimas atas; 2º PONTO: Terceiro Quadrimestre/2016 e PAS – Programação Anual de Saúde. 3º PONTO: TAC – Ministério Público Federal (Hélio Bertoldo); 4º PONTO: MIXCRED – Administradora e 5º PONTO: Informes. **1º PONTO: Leitura das duas últimas Atas.** O Conselheiro Hélio José Bertoldo fez a leitura da Ata do dia 09/02/17 que colocada em apreciação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes, em seguida o Conselheiro Iomar Mendes de Sousa fez a leitura da Ata do dia 14/02/17 após leitura, colocada em votação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. O Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins e o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva perguntaram a Sra. Izabel Myriam Pereira Leite Macêdo – Assessora de Planejamento da SEMUS como estava a situação dos recursos que ficou para o prefeito ver em Brasília junto ao Ministério da Saúde, cuja sugestão foi feita pelo Conselho, sendo que a mesma respondeu que não tinha nenhuma posição porque faltava a resolução do CMS. O Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins respondeu dizendo que no mesmo dia após o término da reunião a resolução foi feita, homologada pelo próprio Secretário de Saúde e no dia seguinte saiu publicação da referida resolução e que o mesmo tem o exemplar do jornal que fora publicada.. Sendo que uma cópia veio para o CMS e a outra cópia ficou no gabinete do Secretário de Saúde e que os mesmos vejam isso. E o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que a mesma procurasse a resolução que com certeza está com o Secretário de Saúde. Com a palavra o Subsecretário de Saúde, Dr. Marcondes Carneiro Leite disse que encaminhou ao gabinete do prefeito para acelerar o processo e fazer a publicação da resolução e que em seguida a Sra. Izabel disse que iria ver onde realmente

estava a resolução. **2º PONTO: Terceiro Quadrimestre/2016 e PAS – Programação Anual de Saúde.** O Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins solicitou do Conselheiro Iomar Mendes de Sousa que fizesse a leitura do ofício 43/17 datado de 03/03/17, do Setor de Planejamento solicitando que o CMS pontue a situação de que os Coordenadores (responsáveis pelas informações) da programação, até o momento não enviaram as informações para consolidar a respectiva Programação na sua totalidade e encaminhou o nome dos que estão com pendências. A Sra. Izabel Myriam Pereira Leite Macêdo disse que a falta dos nomes dos Coordenadores dificultou muito, e amanhã face a essa dificuldade vão fazer uma oficina amanhã dia 10/03/17, das 14 as 18 horas, três grupos de trabalho para encerrarem todo consolidado da Programação Anual de Saúde e até dia 14/03 vai entregar no CMS. Disse ainda que é importante que se tenha um membro representando o Conselho de Saúde. Com relação ao Terceiro Quadrimestre, a Comissão do CMS que analisou viu que faltavam algumas informações e por conta disso, devolveu o relatório ao setor de planejamento para consolidação dos dados e não foi emitido relatório. Ficou da Assessoria de Planejamento enviar a reprodução desse material completo com as alterações ao Conselho de Saúde e após o recebimento deste devidamente corrigido, será emitido parecer e apresentado em plenário. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante disse que foi na Atenção Básica com o objetivo de ver o protocolo de entrega das produções mensais das Equipes de Saúde da Família que são entregues pelos Enfermeiros, a fim de comprovar a entrega destes, onde foi confirmado, não justificando assim os campos em branco no Relatório do 3º Quadrimestre. A responsável pelo recebimento destas produções informou que os campos estão em branco por conta de algumas Coordenações terem sido exoneradas em outubro e por isso não colocaram as informações em dias. As Enfermeiras disseram que as ações foram feitas, só faltou quem consolidasse essa informação no relatório. O Conselheiro Luiz Gonzaga Correia Neto pergunta o que acontece com o dinheiro do DST – AIDS que não foi usado, pois observou que muitas ações não foram executadas, se esse dinheiro pode ser usado em outras ações agora em 2017, tais como vales transportes, diárias, lanches, enfim.. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que se deve ver o orçamento por setores, ter todo cuidado no momento de analisar. **3º PONTO: TAC – Ministério Público Federal (Hélio Bertoldo).** O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva fez uma breve explanação da situação que vem vivenciando com os fornecedores e prestadores da saúde que

estão sem receber seus pagamentos dos últimos meses da gestão anterior e acha um absurdo que o Conselho aprove um relatório de gestão com prestadores que não receberam e que na sua maioria é tabela SUS. E aqui nessa plenária temos alguns deles que estão com um, dois e até três meses sem receber pagamento. Diante do exposto **sugere** que se encaminhe ao Ministério Público que seja pago os serviços prestados em 2016 e não que se vá individual como a gestão atual está propondo. Enviou um email ao Conselho Nacional de Saúde e Fundo Nacional de Saúde solicitando um encaminhamento, conversamos com a Senhora Silvana que informou que o dinheiro que chegou em janeiro era para fazer os pagamentos da competência de janeiro/2017. Após todas essas colocações o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva **propõe** que se encaminhe documento ao Ministério Público Federal para que tudo que há de pendência seja sanado no decorrer de 2017 e evitar que todos vá individualmente. Com a palavra o Subsecretário de Saúde Dr. Marcondes Carneiro Leite fez alguns esclarecimentos dos acontecimentos em geral, inclusive de como o Ministério Público está atuando e acha que deve ser feita essas denúncias, pois tem empresas cobrando agosto/2016 e é delicada essa situação por não podermos tirar dinheiro da gestão atual, porque depois vai fazer falta. Em seguida o Sr. Flávio Antonioli esboçou o problema de todos os proprietários de laboratórios quando disse que a gestão anterior deu garantia de que todos iam receber, mas só em dezembro foi que observaram que os outros meses nem empenhados foi. Fez uma breve explanação das dificuldades pela qual estão passando sem conseguir pagar os laboratórios de apoio, mas afirmou que todos precisam do SUS para trabalhar, só que sem receber seus pagamentos, não estão dando conta de continuar prestando um serviço de qualidade e precisão, acha que devem sentar, pois precisam de uma posição rápida e precisa para continuarem trabalhando. Precisam de uma posição urgente de como vão receber. Nesse momento fez uso da palavra o Dr. Marcondes Carneiro Leite quando disse que vamos considerar os laboratórios de uma forma global, pagar dezembro e fevereiro por esses dias com o dinheiro que foi economizado com a CEANEST e vai colocar isso amanhã para Dr. Alair Firmiano e que a UNI RAD vai estar incluída nesse processo de pagamento. O Sr. Presidente do CMS disse que se essa proposta do Dr. Marcondes Carneiro Leite for acatada, não há necessidade de TAC com Ministério Público. Em seguida a Sr. Clarine Mendes Souza fez uma breve explanação, onde disse que já fez parte do Conselho Municipal de Saúde e respeita esse colegiado, sabe também o valor que esse Conselho tem e é por isso

que estão aqui hoje solicitando a sua intervenção entre a classe de laboratórios. A mesma já está com DB bloqueado, já foi na ouvidoria explicar que quando os usuários vierem reclamar de laboratórios eles já vão estar cientes. Após várias falas o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que devemos aguardar a posição do Dr. Marcondes Carneiro Leite para depois se necessário encaminhar ao Ministério Público, o que foi acatado pela plenária do CMS.. Com a palavra o Dr. Marcondes Carneiro Leite disse que essa posição que está ofertando de pagar a todos os laboratórios dezembro e fevereiro, incluindo ao UNI RAD e depois se vê como fica os meses anteriores. Após todas as colocações a proposta do Sub Secretário de Saúde foi acatada por unanimidade dos Conselheiros presentes. 4º PONTO: Mix Cred. O Sr. Presidente do CMS quer saber como está a situação da Administradora do cartão de alimentação dos funcionários da saúde, pois viu o nome da mesma na relação de pessoas que tem pagamentos atrasados. Dr. Marcondes disse que não tem conhecimento, mas acha que nada vai ser pago mais para a mesma por não ter mais vínculo com o município. 5º PONTO: Informes. O Presidente do CMS, João Assunção Martins informa que a SEMUS está implantando o ponto eletrônico, isso é bom para o profissional cumprir com suas funções, pois no passado teve muitos profissionais da saúde sem cumprir com sua carga horária. E pergunta por onde vai ser iniciado, o que Dr. Marcondes Carneiro Leite disse que inicialmente será implantado na UPA e HMI – Hospital Municipal de Imperatriz e perguntou se todos os setores da saúde iriam ser contemplados com o ponto eletrônico. O Conselheiro Luiz Gonzaga Correia Neto quer saber da ajuda para os Conselheiros ter condições de virem às reuniões do CMS. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa informa que não está tendo material de curativo nos Postos de Saúde e o telhado da Unidade de Saúde da Vila Lobão com balde aparando água da chuva dentro do posto. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva falou que com a saída do Conselheiro Dorielton Pereira Xavier, representante dos trabalhadores, por estar assumindo cargo de confiança no governo, há necessidade de indicação de outro membro da representação dos trabalhadores para compor a vaga na Comissão de Licitação e Contratos. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA
FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO
HÉLIO FRANCE SENA SANTOS
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
IOMAR MENDES DE SOUSA
JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS
JOÃO CARLOS DE SOUSA
LÍVIA Ma. DIAS O. BUSTAMANTE
LUIZ GONZAGA CORREIA NETO
MANOEL ALVES PEREIRA
MARCONDES CARNEIRO LEITE
MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO LIMA
MARINEIDE BARBOSA LIMA
RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA
SILVANA DOS SANTOS CARVALHO

Albane Freitas de Sousa
Francisco das Chagas Pacheco
Helio France Senna Santos
Helio Jose Bertoldo da Silva
Iomar Mendes de Sousa
Joao Assuncao Martins
Joao Carlos de Souza
Livia Ma. Dias O. Bustamante
Luiz Gonzaga Correia Neto
Manoel Alves Pereira
Marcondes Carneiro Leite
Maria de Fatima Araujo Lima
Marineide Barbosa Lima
Raimundo Nonato Pereira da Silva
Silvana dos Santos Carvalho

Imperatriz - Ma, 9 de março de 2017.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 19/04/2017.

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando a todos os presentes quando apresentou a proposta de pauta: 1º PONTO: Leitura da ata da reunião anterior; 2º PONTO: Ad – Referendum-CMS 05/17; 3º PONTO: Relatório Anual de Gestão /2016; 4º PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde.; 5º PONTO: Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica; 6º PONTO: Incinerador e 7º PONTO: Informes. **1º PONTO: Leitura de Ata da reunião anterior.** O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa fez a leitura da Ata e em seguida comentou que os Coordenadores não cumprem carga horária e acha que os mesmos devem ter dedicação exclusiva e que se cobre da gestão os Coordenadores que tem três empregos. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra, ficando do Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins enviar documento ao Secretário de Saúde cobrando essa observação feita pelo Conselheiro Iomar Mendes. Após todas as colocações o Sr. Presidente do CMS colocou em votação a Ata da reunião anterior o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: Ad – Referendum-CMS 05/2017.** O Assessor Jurídico do CMS explicou sobre a emissão desse Ad-Referendum, no dia 27 de março de 2017, aprovando o relatório emitido pela Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira do CMS com base no relatório de fiscalização realizado pela Comissão de Fiscalização que decidiu por **OPINAR PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS** do 3º (terceiro) Relatório Quadrimestral das Ações Realizadas 2016 e pela **REPROVAÇÃO** do Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do 5º e 6º Bimestre, ambos do ano 2016.” Após explanação foi colocado em apreciação o Ad – Referendum que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. **3º PONTO: Relatório**

Anual de Gestão /2016 . O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa fez a leitura do parecer da Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros da Saúde que opina pela reprovação do SIOPS e do Relatório das Ações Realizadas ambas do ano de 2016. Na oportunidade a Assessora de Planejamento da SEMUS Sra. **Izabel Myriam Pereira Leite Macêdo** relatou sobre algumas dificuldades ainda enfrentadas em consequência das recomendações sobre as não conformidades citadas no RELATÓRIO DE AUDITORIAS realizadas em 2015, e ainda com base no relatório da Secretaria de Estado da Saúde sob as condições da Estrutura de funcionamento da Atenção Básica e Equipes da Estratégia Saúde da Família de 2016, ocasionando bloqueio de recursos e das Equipes, bem como notificação de devolução de recursos. Falou ainda das consultas realizadas no SARGSUS, onde apresenta pendências em relação a alimentação de dados na base de informação dos RELATÓRIOS QUADRIMESTRAIS 1º E 2º QUADRIMESTRE DE 2016, momento que solicita que seja acrescentado essa informação no parecer do Conselho sobre o RAG 2016. Na oportunidade o Conselheiro **Albane Freitas de Sousa** disse eram três Conselheiros que tinham esse acesso e que na gestão anterior foi feito algumas vezes até que não foi mais possível conseguirem acessar a base do sistema.. Na época o pessoal do Setor de Planejamento tentaram resolver essa questão, mas sem sucesso. A Sra. **Izabel Myriam Pereira Leite Macêdo** orienta aos Conselheiros que solicitem o mais breve possível a senha atual para acesso imediato ao SARGSUS, a fim de viabilizar o acesso ao Sistema e alimentação com respectivo Parecer. O Conselheiro **Hélio José Bertoldo da Silva** disse que diante dos dados do Relatório da Comissão de Fiscalização, sugere ao CMS, solicitar ao Ministério Público uma auditoria nos recursos da saúde, referente/2016, pois continuamos com prestadores e fornecedores sem receberem pagamentos e precisamos de uma resposta. O mesmo diz não ter nada contra nenhuma gestão, mas não se pode chegar ao final com ressalvas. As outras ressalvas que foram feitas nas prestações de contas era no intuito de que no último relatório tudo se resolvesse e fossem sanadas as observações feitas em todo o período. A Sra. **Izabel Myriam Pereira Leite Macêdo** informa que a gestão atual já solicitou aos órgãos competentes TCU, DENASUS e CGU auditorias nas contas da saúde./2016. O Conselheiro **Hélio José Bertoldo da Silva** disse que o relatório da comissão foi baseado no relatório do SIOPS com a contabilidade, e por conta disso é a favor de uma auditoria para as contas da saúde/16 Nesse momento vários Conselheiros se

manifestaram favoráveis que seja solicitado auditoria para as contas da saúde/2016. Colocados em apreciação, todos foram de acordo. Em seguida o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins colocou em votação o Relatório da Comissão de Orçamento e Fiscalização que opinou pela **REPROVAÇÃO do SIOPS e do Relatório das Ações Realizadas ambas do ano de 2016.** O que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. **4º PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde./2017** A Sra. **Izabel Myriam Pereira Leite Macêdo**, Assessora de Planejamento fez uma breve explanação das dificuldades que vem enfrentando com alguns Coordenadores que até o presente momento não elaboraram sua programação e por falta dessas informações não foi possível apresentar a PAS - Programação Anual de Saúde que conseqüentemente vai atrasar. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que a gestão deve colocar pessoas capazes, pois em gestões anteriores passamos algumas dificuldades por falta de pessoas capacitadas para desenvolver suas funções. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa disse que os Coordenadores da Atenção Básica não estão conseguindo avançar. O Conselheiro Manoel Alves Pereira disse que a Comissão de Fiscalização tem que traçar uma metodologia de apresentação de relatórios trimestrais, possibilitando a participação dos Coordenadores de Programas para prestarem esclarecimentos, pois não podemos mais admitir que eles prejudiquem os encaminhamentos dos relatórios. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra discordando da proposta do Conselheiro, inclusive o Conselheiro Iomar Mendes de Sousa que se manifestou discordando do CMS trazer um problema que não é seu, pois em outras épocas vimos ACS – Agentes Comunitários de Saúde culpando o Conselho por perseguição e o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que o problema dos Coordenadores é da gestão. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa lembrou que na primeira reunião do CMS o Secretário de Saúde havia falado que não iria admitir Coordenadores que não cumprissem com suas obrigações. **5º PONTO: Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica.- PMAQ.** Com a palavra a Sra. **Izabel Myriam Pereira Leite Macêdo** disse que pediu esse ponto de pauta por conta da precariedade apresentada em várias Unidades Básicas de Saúde problemas como: inadequação dos espaços físicos, casas alugadas em locais sem acessibilidade o que também contribuiu para o bloqueio de algumas Unidades Básicas de Saúde.. Diante

desse cenário o importante agora não é reformar, mas se pudéssemos construir com esse recurso suplementar e devolver esses recursos para as equipes e insumos na forma de remuneração por desempenho das equipes e está provocando essa discussão O Sr. Presidente do CMS pede para ser observado se essas equipes estão fazendo por merecer esse suplemento. A Sra. **Izabel Myriam Pereira Leite Macêdo** informa que foi dividido o orçamento do município por blocos o que cada um vai ter para gastar. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa disse que grande parte das Unidades Básicas de Saúde são alugadas e as condições dessas casas não são nem adaptadas para tal. Tem também a questão da acessibilidade que praticamente não tem. Sugere que o município obedeça o que o manual do PMAQ diz com clareza no que se refere nessa questão de acessibilidade.

6º PONTO: Incinerador O Presidente João Assunção Martins comentou que esse ponto já foi discussão em reuniões anteriores do CMS onde foi alvo de resolução para que seja adquirido um incinerador próprio para o município, evitando contratação o que hoje consta de um contrato no valor de R\$1.100.000.000,00 (hum milhão e cem mil reais/ano), o que daria para o município manter a sua coleta de material hospitalar com um custo mais baixo. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva informa que essa informação consta no parecer do contrato nº 178/2012 – SEMUS da Empresa DANTAS & CAVALCANTE LTDA- ECOSERVICE como recomendação para que a SEMUS analise a possibilidade da criação do incinerador próprio do município.

7º PONTO: Informes. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva informa sobre o contrato com a empresa DPS SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI – ME que foi solicitado ao Setor de Contratos para refazerem algumas observações e devolveram do mesmo jeito sem as devidas correções, portanto este Conselho devolveu com parecer desfavorável, como está indeferido, trouxe para a plenária tomar ciência. O Conselheiro Manoel Alves Pereira CONVIDA TODOS OS Conselheiros para dia 24/04/2017, às 17:00 horas, se fazerem presentes no auditório da SEMUS, no lançamento do Programa de Oncologia Infantil, onde será falado dos sinais e sintomas do câncer infantil juvenil. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa, pergunta quando é que o SAMU vai mudar para as instalações adequadas, e quer saber porque os profissionais do SAMU não estão usando EPI – Equipamento de Proteção Individual. A Sra. **Izabel Myriam Pereira Leite Macêdo** disse que vai pedir para Dr. Alexandro informar e esclarecer ao CMS essa solicitação de informação. Disse ainda que sempre o CNS - Conselho Nacional de Saúde

convida o Conselho Estadual para suas reuniões ordinárias e os mesmos não repassam para os demais conselhos de saúde o que acontece nessas reuniões, e como representante da gestão vai sugerir ao CNS-Conselho Nacional de Saúde que o Conselho Municipal de Imperatriz possa participar de suas reuniões. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA
FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO
HÉLIO FRANCE SENA SANTOS
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
IOMAR MENDES DE SOUSA
IZABEL CRISTINA LEAL DA SILVA
JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS
LUIZ GONZAGA CORREIA NETO
MANOEL ALVES PEREIRA
MARIA ALMEIDA VARÃO
ROSEMAR MELO TELES
SORMANNE BRANCO OLIVEIRA
WANDERSON MOREIRA DA SILVA

Albane Freitas de Sousa
Francisco Pacheco
Helio e France Sene Santos
Helio Jose Bertoldo da Silva
Iomar Mendes da Sousa
Chaima
João Assunção Martins
Luiz Gonzaga e. Neto.
Manoel Alves Pereira -
Maria Almeida Varão
Rosemar Melo Teles
Wanderson M. da Silva

Imperatriz - Ma, 19 de abril de 2017.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 11/05/2017.

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando a todos os presentes quando apresentou a proposta de pauta: 1º PONTO: Leitura da ata da reunião anterior; 2º PONTO: Planejamento das Ações/2017 e Prestação de contas do CEREST/2016; 3º PONTO: Ministério Público – documento aprovado em plenária; 4º PONTO: Reuniões do CNS; 5º PONTO: Suspensão de recurso da MAC ; 6º PONTO: Componente Hospitalar/Serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU; 7º PONTO: Plano de providências: HMI e Serviço de Atendimento Móvel de urgência - SAMU 8º PONTO: Ações DST – AIDS para 2017; 9º PONTO: Programação Anual de Saúde e 10º PONTO: Informes. Iniciou-se pelo **1º PONTO da pauta com a Leitura de Ata da reunião anterior** feita pelo Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, que submetida a apreciação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: Planejamento das Ações/2017 e Prestação de contas do CEREST/2016.** O Conselheiro João Carlos de Sousa representante da CIST informou que a Prestação de contas do CEREST foi apresentada e aprovada em reunião com a CIST e que só será apresentado no Conselho, após aprovação da ata. **3º PONTO: Ministério Público – documento aprovado em plenária.** O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva leu o documento que será enviado ao Ministério Público solicitando auditoria no relatório das ações realizadas e no SIOP'S ambos do ano 2016 da saúde municipal, a fim de apurar supostas irregularidades. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes auditoria para as contas da saúde do período de 2016. **4º PONTO: Reuniões do CNS.** A Assessora de Planejamento da SEMUS, Sra. Isabel Myriam P. Leite Macêdo através do DESPACHO INTERNO Nº 004/17, datado de 07/04/17 onde encaminha ao plenário do CMS para apreciação do mesmo que o Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz participe das reuniões do Conselho Nacional de Saúde, conforme calendário entregue em anexo ao

despacho após a leitura e colocado em apreciação foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes que, em cada reunião do Conselho Nacional de Saúde, tenha a participação de um Conselheiro do Conselho Municipal de Saúde.

5º PONTO: Suspensão de recurso da MAC, 6º PONTO: Componente Hospitalar/Serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU e 7º PONTO: Plano de providências: HMI e Serviço de Atendimento Móvel de urgência - SAMU

A Assessora de Planejamento da SEMUS, Sra. Isabel Myriam P. Leite Macêdo disse que em relação a suspensão do recurso da MAC do componente hospitalar que faz referência a leitos de UTI, acredita que todos já devem estar sabendo. Quer apresentar melhor essa situação onde de imediato fizeram um levantamento de tudo que ocasionou essa suspensão e observou que na gestão passada o município foi notificado por várias vezes, onde mais de sessenta itens não atendiam ao que o município apresentou. Uma vez que foi feita visita in loco eles notificaram a gestão, mas não teve nenhuma resposta, por isso essa suspensão do recurso. Então agora essa gestão está responsável e até dia vinte de maio do corrente ano, a gestão precisa apresentar oficialmente ao Ministério da Saúde, justificativas e plano de providências a fim de pleitear novos prazos para solução dos itens a serem confirmados e adequados, citados no relatório de visita técnica realizado no HMI – Hospital Municipal de Imperatriz e HII - Hospital Infantil de Imperatriz em 2016. Temos que apontar e dar uma solução, para não ter que devolver outros recursos de 2013 para cá. Dra. Daniela Cavalcante está com uma resistência em acreditar que vamos conseguir reverter à situação. E segundo ela, o SAMU também vai perder sua qualificação. Sabemos que é difícil colocar 54 leitos novos de UTI em funcionamento. A gestão está tentando mostrar que de julho pra cá melhorou e vão pedir a dilatação de prazo ao Ministério da Saúde. Vamos fazer um plano de providência desse dossiê e quer que o CMS aprove esse prazo. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva quer saber se o conselho de Saúde teve participação nesse processo. A Sra. Isabel Macêdo disse que não. Nesse momento fez uso da palavra o Dr. Flávio Henrique, representante da gestão de Imperatriz em Brasília – DF, o mesmo foi acionado com essa informação da suspensão do recurso do Governo Federal para Imperatriz. O mesmo disse que quando a fiscalização veio em julho de 2016, estava tudo fora das normas, inclusive SAMU, Corpo de Bombeiros, HMI, pessoas trazendo alimentação e lençol de casa,

jorrando água e muitas infiltrações dentre outros. Disseram para não se preocuparem com o que perdeu e sim com o que ainda pode perder como SAMU e outros. Todos os requisitos técnicos devem ser preenchidos. O dinheiro está contingenciado, então quanto mais rápido, melhor. Com relação ao SAMU foram pontuados alguns pontos, dentre eles o IPVA atrasado. Mas como o SAMU vai relocar uma reforma próxima, vai ter um novo prazo para suas adequações. Discorreu ainda a Sra. Isabel Macêdo da situação do HMI sem ter como se colocar essa estrutura dos leitos de UTI e apresentou como saída a estrutura do Hospital Pequeno Príncipe, um espaço já preparado que será alugado para que se reloque o HII para o Hospital pequeno Príncipe, e aí sim, com a saída do HII, vai dar para se colocar os leitos de UTI. o Dr. Flávio Henrique disse que essa proposta é boa porque já temos uma estrutura boa, inclusive para cirurgias pediátricas, evitando assim cirurgias de crianças e adultos sendo operados no mesmo local, o que também é ilegal. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra, inclusive os Conselheiros Lívia Maria Dias Oliveira Bustamante e Hélio José Bertoldo da Silva que disseram que nenhum desses hospitais HMI e HII não tiveram vistorias de Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária, por isso é a favor que esses leitos de UTI's fossem para o Hospital Pequeno Príncipe. Com a palavra a Sra. Isabel Macêdo disse que temos que pensar juntos, porque os encaminhamentos tem que chegar lá antes do dia vinte do corrente mês. A Conselheira Lívia Maria Dias Oliveira Bustamante sugere que seja inserido nessa equipe de estudo um membro do CMS. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva sugere que se coloque o Corpo de Bombeiros e a Vigilância Sanitária para fazer um laudo da proposta dessas mudanças. Na oportunidade o Sr. Valter, informa que conhece a parte hospitalar do Hospital Pequeno Príncipe e disse que levaria no mínimo oito meses para uma reforma e sugere que os 54 leitos de retaguarda sejam encaminhados para o Hospital Pequeno Príncipe, acredita que lá pode ser adaptado. A Sra. Isabel Macêdo quer para esse momento um documento do CMS acatando essa medida de sugerir um prazo de 8 meses, pois estamos trabalhando na perspectiva de não devolver nenhum recurso. A Conselheira Lívia Maria Dias Oliveira Bustamante comentou sobre o cuidado que devemos ter para não correr o risco de gastar com uma instituição privada e depois não dar certo. O Sr. João Assunção Martins - Presidente do CMS, sugere que a gestão verifique o que vai ser melhor e depois o

Conselho faz um Ad Referendum. Todos foram de acordo. **8º PONTO: Programação Anual de Saúde** A Assessora de Planejamento da SEMUS, Sra. Isabel Macêdo informa que já foi sanada as dificuldades que a mesma estava tendo com algumas Coordenadoras com relação a Programação Anual de Saúde. Colocou o QDD – Quadro de para cada programa que faziam suas previsões sem saber do que tinha para gastar. Trouxe hoje para o Conselho de Saúde dez cópias da Programação Anual de Saúde – 2017 e depois vai entregar as outras dez cópias. Comentou também da sua fala na Câmara Municipal de Vereadores na presença do Secretário de Estado da Saúde, Sr. Carlos Lula, onde na oportunidade foi anunciado algumas medidas do governo. **9º PONTO: Ações DST – AIDS para 2017.** A Coordenadora do DST – AIDS, Sra. Cláudia Regina de Andrade passou a apresentar em Datashow a Programação Anual de Saúde para 2017 onde disse que o objetivo é melhorar a assistência às pessoas vivendo com HIV AIDS e garantir que a população tenha integral acesso as ações e serviços de qualidade e de forma oportuna, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde, para redução danos e para a promoção, prevenção e tratamento na qualidade da vida dos usuários. Após todas as suas explanações a Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante sugere que os cursos seja também direcionados a funcionários concursados. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra, inclusive o Sr. Presidente do CMS, João Assunção Martins que perguntou o que o programa apresenta em forma de incentivo para os usuários. A mesma respondeu dizendo que são cestas básicas, facilidades nos exames de rotina, encaminhamentos odontológicos, grupos de atenção que é coordenado por uma psicóloga e tem a pessoa que dá incentivo. Tudo isso são benefícios ofertados aos pacientes para que a medicação tenha efeito e ele não fuja do tratamento. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva pergunta se esse recurso está sendo utilizado da forma correta. Nesse momento o Conselheiro Luiz Gonzaga Correa Neto disse que sua inquietação é com o lanche que há muito tempo não está sendo servido, pois o mesmo é importante na chegada do paciente e quando o mesmo questiona, a resposta é sempre a mesma de que esta para licitação. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa parabenizou a apresentação e disse que todos esses programas devem mostrar como está sendo gasto o dinheiro. A Coordenadora res

saltou ainda a importância da implantação da lei municipal do incentivo hospitalar para este setor, considerando que atendem tanto na parte ambulatorial, laboratorial e leito dia para internação, vacinação e teste da prova tuberculínica, estando expostos as várias doenças e riscos de infecção para o vírus HIV e Hepatite B e C, entre outras. Disse ainda que o CAPS Ambulatorial recebe tal incentivo e o DST não foi contemplado 10º PONTO: Informes. Esteve presente nesta reunião o Professor Me. Joaquim de Almeida Júnior, Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa Devry – Facimp, no sentido de solicitar desse colegiado a indicação de um membro para fazer parte do Comitê de Ética e Pesquisa. O mesmo não é uma instituição, e é fiscalizado pelo Conselho Nacional de Saúde. A Sra. Érica Ferreira, Coordenadora da Atenção Básica, disse que hoje não podemos fazer mais nada sem passar pelo Conselho de Ética. O Sr. Presidente sugere o nome da Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva, haja vista a mesma ter participado da primeira reunião com a equipe, o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes a indicação do nome da Conselheira para fazer parte desse Comitê de Ética. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva comentou da reunião na Câmara Municipal de Vereadores onde o Secretário de Estado da Saúde, Sr. Carlos Lula disse que está pronto para receber a UPA do São José, caso o município não tenha condições de continuar assumindo as despesas. Acha que seria uma boa entregar essa UPA para o Estado, pois assim vai diminuir as despesas do município com a saúde. O Conselheiro Luiz Gonzaga Correa Neto informa que esteve na Unidade de Saúde Maria Aragão e o Médico não estava atendendo porque não teve carro para transportar o mesmo. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

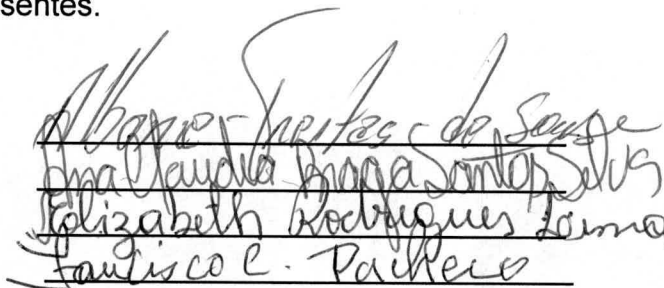
ALBANE FREITAS DE SOUSA

ANA CLÁUDIA B. S. SILVA

ELIZABETH RODRIGUES LIMA

FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO

FRANKLIN ROOSEVELT M. CHAVES



HÉLIO FRANCE SENA SANTOS
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS
JOÃO CARLOS DE SOUSA
LÍVIA Ma DIAS O. BUSTAMANTE
LUIZ GONZAGA CORREIA NETO
MANOEL ALVES PEREIRA
MARIA ALMEIDA VARÃO
MARIA DE FÁTIMA ARAUJO LIMA
MARIA DIVINA DA SILVA REIS
MARINEIDE BARBOSA LIMA
RENATA HERNANDES LEAL
ROSEMAR MELO TELES
SILVANA CASTRO FERREIRA
VILMA LÉLIA RIOS DA SILVA
WANDERSON MOREIRA DA SILVA

Hélio France SENA Santos
Hélio José Bertoldo da Silva
João Assunção Martins
João Carlos de Souza
Livia Bustamante
Luiz Gonzaga Correia Neto
Manoel Alves Pereira
Maria Almeida Varão
Maria de Fátima A. Araujo Lima
Maria Divina da Silva Reis
Marineide Barbosa Lima
Renata Hernandez Leal
Rosemar Melo Teles
Silvana Castro Ferreira
Vilma Lelia Rios Silva

Imperatriz - Ma, 11 de maio de 2017.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 08/06/2017.

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando a todos os presentes quando apresentou a proposta de pauta: 1º PONTO: Leitura da ata da reunião anterior; 2º PONTO: Prestação de contas do Primeiro Quadrimestre/ 2017; 3º PONTO: SISPACTO; 4º PONTO: Relatório do SAMU 192 referente ao 3º Quadrimestre 2016 e 1º Quadrimestre 2017; 5º PONTO: Projeto Inovasus; 6º PONTO: Indicação de membro para compor o Conselho Municipal de Controle social dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos e 7º PONTO: Informes. Iniciou-se pelo **1º PONTO da pauta com a Leitura de Ata da reunião anterior** feita pela Conselheira Lívia Maria Dias Oliveira Bustamante, que submetida a apreciação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: Prestação de contas do 1º (Primeiro) Quadrimestre/ 2017.** A Conselheira Lívia Maria Dias Oliveira fez a leitura do relatório da Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros, onde apresenta informações relacionadas aos valores recebidos e as despesas realizadas pela SEMUS nesse período. Sendo que a Comissão decidiu por opinar pela aprovação do Relatório do 1º (Primeiro) Quadrimestre/2017, apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva falou a respeito da ausência dos dados em relação ao saldo bancário das contas da saúde referente ao exercício anterior, bem como os valores que ficaram de restos a pagar. A Contadora da SEMUS Cláudia Alves de Oliveira Carvalho respondeu dizendo que todas as informações foram repassadas aos membros do CMS através do balanço patrimonial do exercício 2016. Vários outros conselheiros fizeram perguntas o que foram sanadas todas as dúvidas. O Conselheiro Manoel Pereira Alves sugere incluir no início desse relatório as informações dos restos a pagar de 2016. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa pergunta se no relatório não tem ressalva, pois sua preocupação é que no ano

passado todos os relatórios foram aprovados com ressalvas e no final do ano o CMS teve que reprovado toda prestação de contas / 2016 totalmente contraditório, por conta disso não quer cometer os mesmos erros. Após todas as colocações o Relatório do 1º (Primeiro) Quadrimestre referente aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril/2017 foi submetido em apreciação e aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes com a observação de que o Gestor virá apresentar os slides que foram apresentados na Câmara Municipal no dia 30/05/2017. **3º PONTO: Relatório do SAMU 192 referente ao 3º (Terceiro) Quadrimestre de 2016 (setembro, outubro, novembro e dezembro/2016) e Relatório do SAMU 192 referente ao 1º (Primeiro) Quadrimestre de 2017.** O Conselheiro Manoel Alves Pereira apresentou o relatório da Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros do SAMU 192, referente ao 3º (Terceiro) Quadrimestre/2016 que decidiu opinar pela aprovação com ressalvas do relatório apresentado e lido pela Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante. O Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins disse que o SAMU está na mesma situação, se foi reprovado a prestação de contas de 2016, o relatório anual, então não se tem porque aprovar esse relatório do SAMU. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira disse que é justamente por isso que decidiram aprovar com ressalvas porque o relatório anual foi reprovado por essa comissão, justamente porque apesar de várias ressalvas feitas durante os dois quadrimestres de 2016, não houve readequação. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva acha que se deve aprovar com ressalvas em virtude da não aprovação do Relatório Anual de Gestão /2016. Nesse momento fez uso da palavra o Assessor Jurídico do CMS, Dr. Glebson Lessa de Sousa dizendo que essas ressalvas foram colocadas porque não constavam no relatório do SAMU, o erro não está na prestação das contas e sim no relatório do SAMU, tendo em vista que a maior parte dos valores foram encontrada nos extratos e não no relatório do SAMU. Após todas as colocações a plenária decide por aprovar o Relatório da Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros, referente aplicações dos recursos financeiros, no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência/SAMU – 192, do Terceiro Quadrimestre/2016 (setembro, outubro, novembro e dezembro). Registra-se o voto contrário do Conselheiro Iomar Mendes de Sousa nessa votação. O Relatório do 1º (Primeiro) Quadrimestre do SAMU/2017 foi retirado do

ponto em pauta por conta de um saldo e o débito que não foi apresentado, mesmo sabendo que esse saldo é fictício ele já tem comprometimento. **4º PONTO: Projeto Inovasus.** A Assessora de Planejamento da SEMUS Sra. Isabel Myrian Macêdo trouxe esse ponto de pauta por se tratar de um Projeto para o município, e este precisa passar para conhecimento do Conselho, sendo importante a presença da representante legal do Projeto no Conselho para que faça toda exposição da referida ação. Ao mesmo tempo a Sra. Isabel Myrian Macêdo colocou sobre a situação do projeto ENGRENAGENS desenvolvido pela gestão anterior, também da Saúde Mental, solicitando que o Conselho de Saúde aprecie toda documentação encaminhada ao Setor de Planejamento para após avaliação e fazendo um resgate ainda do projeto que antecedeu o Projeto INOVASUS. Na mesma fala a Sra. Isabel Myrian Macedo coloca ao plenário do CMS toda prestação de contas do projeto ENGRENAGENS enviada para conhecimento da atual gestão conforme demonstrado em formulário encaminhado também ao Ministério da Saúde, com valores apontados com passagens e diárias num montante de R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais), dentre outras despesas. Na prestação de contas apresentada ao Ministério da Saúde foi demonstrado um saldo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o que não confere com o saldo encontrado na conta pela atual gestão, pois o saldo encontrado foi de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) em janeiro de 2017, conforme informações da tesouraria da SEMUS. Diante do exposto também informa que por determinação da gestão esse projeto até a prestação de contas ao Conselho de Saúde, estão suspensos. Esclarece que para dar continuidade ao Projeto ENGRENAGENS é necessário o município entrar com a contrapartida para atingir o valor do saldo demonstrado para o ministério da saúde ou devolver o restante do recurso, que também precisará completar para que o saldo seja o que foi demonstrado para o ministério, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Solicita que o colegiado do Conselho solicite todos os esclarecimentos aos responsáveis pelo mesmo. Na documentação apresentada consta o ofício nº85/2017 de 28/04/2017 da Coordenadora Geral de Saúde Mental de Imperatriz ao Secretário de Saúde Dr. Alair Batista Firmiano, solicitando a disponibilização da servidora Anne Dannielle Franco Nascimento para o cargo de Coordenadora Financeira do Projeto Intercâmbio em Saúde Mental, haja vista não ter outro

funcionário capacitado para esta função. Com a palavra a Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante disse que o objetivo do mesmo é engrenar todos os serviços da saúde, ativação da rede de saúde e vai ser uma perda para a sociedade se perdermos esse recurso. Tem que trazer clareza para o Projeto, convidar as pessoas para trazer essa prestação de contas. A Sra. Isabel Myrian Macêdo disse que não tem nenhum interesse em prejudicar ninguém, não há acusação, queremos apenas que os fatos se esclareçam com que foi gasto esse dinheiro. O Sr. Presidente do CMS, João Assunção Martins menciona que de acordo com o que foi falado, quer que a gestão encaminhe por escrito tudo que foi citado para que a Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiro se responsabilize em ouvir as pessoas envolvidas. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa solicita que seja feita uma apresentação de fato do projeto, quais ações, e como foi executado, dentre outras e que esses projetos venham fazer suas prestações de contas no CMS, vamos aprovar, mas queremos clareza. Com a palavra a Sra. Aparecida que assumiu o Programa Saúde Mental, acha pertinente, o Projeto é bom, vê que o município vai ganhar muito com ele. Concorde que se deve ouvir os dois lados, inclusive da sociedade que está sendo beneficiada com o projeto. 5º PONTO: SISPACTO. O Sr. Presidente do CMS, João Assunção Martins solicitou a leitura do o Ad Referendum aprovando o SISPACTO, foi feito por conta do tempo insuficiente para o Conselho se reunir, o que vai ser apresentado agora. Com a palavra a Coordenadora da Atenção Básica Dra. Érika Ferreira Tourinho se apresentou, fez uma breve explanação e disse que foi pedido de imediato essa solicitação porque o estado demorou a enviar pra nós essa pactuação. Algumas coisas foram reduzidas e outras serão mantidas por cinco anos nessa pactuação. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa sugere que o SISPACTO seja apresentado em outra reunião. Após todas as colocações e sanadas as dúvidas, o Sr. Presidente do CMS colocou em apreciação os dados relativos a Pactuação de diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de 2017 – SISPACTO deste município para o exercício de 2017, o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. 6º PONTO: Indicação de membro para compor o Conselho Municipal de Controle Social dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos. O Sr. Presidente do CMS, João Assunção Martins apresentou o ofício nº /2017 do Gabinete do Prefeito Municipal Francisco

de Assis solicitando a indicação de um membro do Conselho Municipal de Saúde para compor o Conselho Municipal de Controle Social dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos de Imperatriz, diante do exposto solicita que seja indicados os nomes, o que foi apresentado por unanimidade dos Conselheiros presentes os nomes de Livia Maria dias Oliveira Bustamante – Titular e João Assunção Martins – Suplente. 7º PONTO: Informes. O Sr. Presidente do CMS, João Assunção Martins reclama do atendimento da Coordenadora do TFD – Tratamento Fora de Domicílio, Sra. Marlene Maranhão, que são constantes, pessoas sem passagens. A Assessora de Planejamento Sra. Isabel Myrian Macêdo disse que a empresa que fornecia as passagens estava sem cumprir com as documentações exigidas para sua legalidade e teve uma parada até que ela se regularizasse, mas já está sendo regularizado. A Conselheira Isabel recebeu do CMS um documento para esclarecimento do reembolso do TFD de 2016 e falou que o CEO – Centro de Especialidades em Odontologia dos Três Poderes está abandonado, a Dentista que atendia crianças especiais não está mais atendendo e a Conselheira Ana Cláudia Braga Santos complementou dizendo que ainda tem Dentista no município que não faz extração. A Sra. Érika Ferreira Tourinho respondeu dizendo que está fazendo um levantamento das equipes e tem médicos com 160 horas e assim que terminar esse levantamento vai trazer para o Conselho. A Sra. Isabel Myrian Macêdo informou que receberam a notificação de fiscalização nas contas da saúde de janeiro a abril/2017, vieram dois auditores da Controladoria Geral da CGU e o município foi notificado e será muito bom essa fiscalização também em 2017 para servir como orientação para fazermos o melhor. Ainda consta na plataforma do SARGSUS a falta de informação do CMS, é preciso acessar. O Programa do DST-AIDS tem uma circular do Secretário de Saúde Dr. Alair Batista Firmiano pedindo a compreensão de todos os Coordenadores para não fazerem viagens para congressos e outros. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante disse que a Cláudia apresentou a PAS – Programação Anual Saúde do seu programa e nos solicita que essas viagens de capacitação sejam para pessoas concursadas e de acordo com o perfil. O Conselheiro João Carlos de Sousa apresentou a Ata da reunião extraordinária da CISTT – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, realizada no dia 26 de abril de 2017, às 14:20 horas, no auditório do CEREST, para prestação de contas

referente ao ano de 2016, assim como a PAS – Programação Anual de Saúde, O Sr. Presidente do CMS solicitou que esse ponto fique para próxima reunião. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa comentou sobre a falta de vales transportes ou ajuda de custo para os Conselheiros Municipais de Saúde se deslocaram para as reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como para participar das reuniões de Comissões do CMS, haja vista que já foi aprovado em plenária e em alguns Conselhos de Saúde já existe essa lei. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA
 ANA CLÁUDIA B. S. SILVA
 IOMAR MENDES DE SOUSA
 ISABEL CRISTINA L. SILVA
 HÉLIO FRANCE SENA SANTOS
 HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
 JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS
 JOÃO CARLOS DE SOUSA
 LÍVIA Ma DIAS O. BUSTAMANTE
 LUIZ GONZAGA CORREIA NETO
 MANOEL ALVES PEREIRA
 MARIA ALMEIDA VARÃO
 MARIA TAMAR T. CAVALCANTE
 MARIA DIVINA DA SILVA REIS
 SILVANA SANTOS CARVALHO
 RAIMUNDO N. P. DA SILVA
 SILVANA CASTRO FERREIRA

Albane Freitas de Sousa
Ana Claudia Braga Santos Silva
Iomar Mendes de Sousa
Isabel Cristina Leal da Silva
Helio France Senna Santos
Helio Jose Bertoldo da Silva
Joao Assunção Martins
Joao Carlos de Souza
Livia Bustamante
Luiz Gonzaga Neto
Manoel Alves Pereira
Maria Almeida Varão
Maria Tamar da Silva
Maria Divina da Silva Reis
Silvana dos S. Carvalho
Raimundo N. P. da Silva
Silvana Castro Ferreira

Imperatriz - Ma, 8 de junho de 2017.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 04/07/2017.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às catorze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando a todos os presentes quando solicitou da Conselheira Maria Almeida Varão que procedesse a leitura do Edital de Convocação que diz: A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno em seu Artigo 6, inciso I, resolve convocar os membros do Conselho Municipal de Saúde para uma reunião extraordinária a ser realizada no dia 04/07/2017 (terça – feira), no auditório da SEMUS, às 14:00 horas para análise de documentos encaminhados pela SEMUS referente ao Plano de Aplicação Recursos Financeiros de Custeio para Hospital Municipal de Imperatriz – Ma. Em seguida foi feita a leitura do documento da SEMUS onde solicitou tal reunião. O Presidente do CMS João Assunção Martins passou às mãos dos Conselheiros cópias do Plano de Aplicação de Custeio para Hospital Municipal de Imperatriz – MA. Com a palavra o Conselheiro Iomar Mendes de Sousa questionou não haver nenhum representante do Setor de Planejamento para apresentar o referido Plano de aplicação e dirimir as dúvidas que por ventura vier a existir. Solicitou também que seja realizada a apresentação ao CMS do Projeto de Aplicação de Recursos ao Hospital Municipal de Imperatriz com suas aplicações financeiras e resultados. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva fez alguns questionamentos, um deles foi desrespeito ao objeto solicitado que não está bem definido, acha que deveria ser mais específico e lamentou não ter nenhum representante do setor que solicitou essa reunião. Sugere que seja feito documento para a gestão, comunicando que todos os serviços solicitados apreciação ao Conselho de

Saúde, seja enviado uma pessoa para apresentar e tirar as dúvidas. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra, dentre eles o Sr. Presidente - João Assunção Martins que propõe, haja vista não haver por parte da gestão quem apresente o Plano de Aplicação, vamos deixar de analisar e no momento fazer somente a leitura e fica para discussão na próxima reunião ordinária. O Conselheiro Manoel Alves Pereira disse que juntos podemos sim ler e discutir, pois acredita na importância do mesmo. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante disse que o CMS recebeu essa documentação com antecedência, acha que o CMS deveria ter lido antes, concorda com o Conselheiro Manoel Pereira que se faça a discussão, pois quem vai sofrer é o cidadão e os servidores. É só uma questão de praxe, que seja feita emenda para que o serviço continue sendo prestado a população em questão de urgência. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante começou a leitura a partir da justificativa e comentou de várias perdas que o município teve no decorrer dos últimos anos, a prova disso foi a resolução que foi aprovada de calamidade financeira e é sabido por todos o rombo que ficou nos cofres públicos. A contrapartida do Estado é precária e eles não estão honrando com os seus compromissos. Precisamos entender que o serviço deve continuar funcionando e as dúvidas que surgirem se faça emenda aqui nos objetivos. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva sugere que se retire a segunda página. Após todas as explicações da Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante, o Sr. Presidente coloca em apreciação o **Plano de Aplicação Recursos Financeiros de Custeio para Hospital Municipal de Imperatriz - Ma**, seguido de um documento recomendando a SEMUS que a partir dessa data, não se vai mais discutir nenhum assunto sem a presença de uma pessoa para fazer apresentação, com risco de não ser analisado e que a resolução só será liberada após a SEMUS fazer as alterações necessárias incluindo os objetos solicitados, o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. INFORMES: Com a palavra a Coordenadora da Atenção Básica Sra. Érica Ferreira Tourinho onde disse que na primeira semana de

agosto estará recebendo a equipe de fiscalização do PMAQ que vem verificar como está a qualidade no atendimento. Fez uma breve explanação, onde falou que tem 18 equipes do ESF – Estratégia Saúde da Família bloqueadas por questões de médicos com carga horária além do permitido, com suas notificações não foram glosadas. O Ministério da Saúde não entende isso, só justifica o setor de ESF – Estratégia Saúde da Família, o profissional médico que trabalha em regime de plantão e urgência. Estão enfrentando um problema seríssimo, mas que hoje os médicos já estão aceitando diminuir sua carga horária. Na oportunidade entregou ao CMS uns ofícios. A mesma informa que tem a bolsa do PMAQ no valor de R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil /mensais) a ser utilizado como gratificação das equipes de ESF – Estratégia de Saúde da Família, bem como a compra de materiais de uso contínuo. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA
FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
IOMAR MENDES DE SOUSA
JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS
JOÃO CARLOS DE SOUSA
LÍVIA Ma DIAS O. BUSTAMANTE
LUIZ GONZAGA CORREIA NETO
MANOEL ALVES PEREIRA
MARIA ALMEIDA VARÃO
MARIA DIVINA DA SILVA REIS
MARIA TAMAR T. CAVALCANTE
RAIMUNDO N. P. DA SILVA
RENATA HERNANDES LEAL
ROSIMAR MELO TELES
SILVANA CASTRO FERREIRA
SILVANA CASTRO FERREIRA

Albane Freitas de Sousa
Francisco das Chagas Pacheco
Hélio José Bertoldo da Silva
Iomar Mendes de Sousa
João Assunção Martins
João Carlos de Sousa
Livia Ma Dias O. Bustamante
Luiz Gonzaga Correia Neto
Manoel Alves Pereira
Maria Almeida da Silva Reis
Maria Tamar Torquato Cavalcante de Sousa
Raimundo N. P. da Silva
Renata Hernandez Leal
Rosimar Melo Teles
Silvana Castro Ferreira
Silvana Castro Ferreira

SILVANA SANTOS CARVALHO
VILMA LELIA RIOS DA SILVA

Silvana dos S. Carvalho
Vilma Lelia Rios da Silva

Imperatriz - Ma, 4 de julho de 2017.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 13/07/2017.

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando a todos os presentes quando apresentou a proposta de pauta: 1º PONTO: Leitura de atas; 2º PONTO: Primeiro Quadrimestre/2017 do SAMU 192; 3º PONTO:PMAQ; 4º PONTO: XIV Conferência Municipal de Saúde; 5º PONTO: Informes. Iniciou-se com a leitura da Ata da reunião anterior feita pela Conselheira Maria Almeida Varão. Houve algumas discussões sobre os temas debatidos na reunião onde o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins disse que denunciou não a falta de passagens, mas a forma de como os pacientes são atendido no Setor de TFD – Tratamento Fora de Domicílio quando buscam seus direitos. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa comentou da dificuldade dos usuários em receber ajuda de custo, alguns viajam porque já tem a consulta marcada e não querem perder a vez, daí quando retornam não recebem a ajuda de custo. O Sr. Presidente pede para a Conselheira Viviane Nóbrega Laurito, representante da Gestão ver essa situação para que sejam tomadas as devidas providências. Com a palavra a Conselheira Viviane Nóbrega Laurito fez uma breve explanação onde disse que esses problemas existem, mas que são resquício da gestão passada e todas as denúncias já foram averiguadas e já estão sendo sanadas. Falou também da apresentação da PAS – Programação Anual de Saúde por parte dos Coordenadores da Saúde aos membros da Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeira e tem sentido falta dos outros membros da Comissão. Na oportunidade o Conselheiro Luis Gonzaga Correa Neto disse que na gestão anterior sempre que precisou de tratamento fora de domicílio para o tratamento de saúde de seu filho, foi correspondido e teve todas as passagens e diárias garantidas e perguntou sobre o andamento do processo do Projeto ENGRENAGENS. O Conselheiro Manoel Alves Pereira explicou que não foi possível ter todos os processos, pois

nos arquivos do Setor de Contabilidade da SEMUS apenas 11 (onze) processos foram encontrados. Vários deles foram pagos, mas não consta nota fiscal, nomes de pessoas que os processos sumiram e vai trazer para o CMS ver que direção tomar. O formato do projeto é bom e seus objetivos muito mais, a primeira fase foi concluída. Após todas essas colocações a Ata foi colocada em apreciação e aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. Em seguida a Conselheira Viviane Nóbrega Laurito fez a leitura da Ata da reunião Extraordinária do dia 04/07/17, que após correção na fala do Conselheiro Iomar Mendes, e submetida à apreciação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: Primeiro Quadrimestre/2017 do SAMU 192.** O Sr. Presidente do CMS, João Assunção Martins explicou que como esse relatório já havia sido debatido na reunião anterior, faltando apenas a inserção no mesmo do montante restante em conta, o que foi feito a adequação solicitada pelo Conselho. Colocado em apreciação aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. **3º PONTO:PMAQ.** Com a palavra a Sra. Ana Márcia Coelho dos Santos que iniciou sua fala comentando da explanação feita na reunião anterior pela Coordenadora da Atenção Básica Sra. Érica Tourinho que apresentou as equipe do ESF – Estratégia Saúde da Família que iriam participar do rateio. Nesse momento fez uso da palavra o Conselheiro Iomar Mendes de Sousa, onde disse acreditar que o rateio é para toda a equipe, se o funcionário não trabalha, cobra-se dele para que a se ajustar a realidade. O programa é avaliado e a equipe é composta com todos seus integrantes. Ao analisar o projeto junto com assessoria jurídica do CMS, e conforme pesquisa realizada o mesmo só será legalizado após criação de uma lei própria, pois todos os municípios que fizeram esse rateio, foi através de uma lei. Devemos sim aprovar esse rateio com essa ressalva, para evitar problemas aos gestores. Disse ainda que é um pesquisador do PMAQ. Ao retomar com a palavra a Sra. Ana Márcia Coelho dos Santos falou que os profissionais tem que ser incentivados, o profissional tem que fazer 40 ou 30 horas, mas os profissionais do saúde bucal não tem se envolvido, mas que em conversa com Erica tourinho acharam bom incluí-los, mas deve-se ter uma conversa com eles para que os mesmos façam pelo menos 30 horas, com exceção de apenas três Dentista que quando convocados sempre vem, mas os demais só mandam a ACD – Assistente de Consultório Dentário. Comentou também do risco que correm por conta dos

profissionais do saúde bucal não se envolver e terminar que baixando a produção da equipe. E depois dessa discussão aqui no Conselho de Saúde vamos levar a mesma para a Câmara Municipal. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa pergunta quantas Unidades de Saúde estão adequadas para receber a equipe do PMAQ e após essa vinda agora se tem data para eles virem novamente no sentido de estar fiscalizando. Foi respondido que vinte Unidades de Saúde estão se preparando para receber o PMAQ que virá logo nas primeiras semanas de agosto. Depois dessa vinda, só virão novamente com dois anos, mas a fiscalização se dá mensalmente com os indicadores mensais que são alimentados no sistema. O Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins pergunta se nesses dois anos os profissionais não cumprirem sua carga horária o que acontece? A Sra. Ana Márcia Coelho dos Santos disse que o próprio sistema se encarrega disso. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante disse que o Ministério da Saúde é quem libera o recurso, mas temos a Comissão de Acompanhamento da Rede que também pode estar fazendo esse acompanhamento. Concorde com a remuneração se dentro da legalidade colocada em lei, pois a portaria do PMAQ garante isso respaldado pelo próprio Ministério da Saúde. Muito louvável estarem trazendo essa discussão para se respaldarem na lei e não serem prejudicados. O Presidente do CMS João Assunção Martins pede para que quando for enviado para a Câmara a cópia do projeto de lei, seja enviado com cópia para o CMS. Em seguida foi colocada em votação a recomendação de que o valor oriundo do PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica possa ser rateado entre os profissionais, desde que aprovado por Lei Municipal. A Dra. Maria das Graças Carvalho de Sousa, do Comitê da Cidadania, quer saber da solução que será encaminhada com relação ao vale transporte e/ou ajuda de custo que foi solicitado pelos conselheiros para o traslado das reuniões. Sugere que se envie documento ao Gestor para que o mesmo faça depósito desses valores para os Conselheiros se locomoverem para as reuniões. O Conselheiro Manoel Alves Pereira agradece a presença da mesma e acolhe essa sugestão e na reunião da Mesa Diretora vai fazer esse encaminhamento. A Sra. Isabel Myriam Macêdo disse que na PAS - Programação Anual de Saúde do CMS tem que contemplar esse ponto da ajuda de custo para os conselheiros virem as reuniões. **4º PONTO: XIV Conferência Municipal de Saúde.** O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa

comentou da responsabilidade da Mesa Diretora do CMS e nesse momento vamos indicar a Comissão Organizadora da XIV Conferência Municipal de Saúde, esses membros devem ter disponibilidade para trabalhar, ter conhecimento do trabalho, e independentemente de estar na comissão ou não, qualquer Conselheiro pode acompanhar o andamento da conferência. Disse que em Conferências anteriores tivemos muitos problemas porque a lei que foi modificada talhou a participação da sociedade. Vamos fazer de tudo para que todas as entidades participem, seja como ouvinte ou como delegados. A Conselheira Viviane Nóbrega Laurito disse que é fundamental que as pessoas que façam parte da Comissão Organizadora da Conferência tenham experiência e tempo, e a mesma indica seu nome, porque além de Conferencista, tem grande experiência em organização de Conferências. Dra. Maria das Graças Carvalho de Sousa sugere que seja criado critérios para que esse evento seja realmente democrático e parabenizou a fala do Conselheiro Iomar Mendes em reconhecer que a Conferência é um espaço democrático para permitir as pessoas participar. O Presidente do CMS disse que muitas pessoas que vieram na Conferência anterior foi só para tumultuar e dificultar o andamento da mesma. Em seguida foram indicados os seguintes nomes para composição da Comissão Organizadora da XIV Conferência Municipal de Saúde: Prestador / Gestor: Titular – Viviane Nóbrega Laurito e Suplente – Rosimar Melo Teles; Trabalhador: Titular – Lívia Maria Dias Oliveira Bustamante e Suplente – Silvana Castro Ferreira e Usuários: Titular - Albane Freitas de Sousa e Suplente – Marineide Barbosa Lima e Titular- Ana Claudia Braga Santos Silva e Suplente – Luís Gonzaga Correa Neto. Colocada em apreciação, foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes a Comissão Organizadora da XIV Conferência Municipal de Saúde de Imperatriz – MA. O local será na no auditório da SEMUS e a data de sua realização será dia 25 de agosto de 2017 o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. **5º PONTO: Informes.** O Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins comentou do Ad Referendum expedido pelo CMS dia 23 de junho de 2017, quando nos foi solicitado pela gestão em caráter de urgência a esse colegiado através do ofício nº 126/2017 GAB/SEMUS a apreciação de que todos serviço de nefrologia passe a ser mediante parceria entre o município de Imperatriz e o Estado do Maranhão. Só que depois recebemos um outro documento do Setor de Planejamento o ofício nº

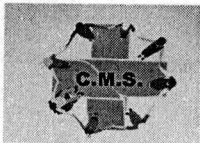
131/2017 – GAB/SEMUS solicitando a suspensão do Ad Referendum na pauta da reunião. Com a palavra a Sra. Isabel Myriam Macedo disse que a princípio fez um pleito para o Estado em ajudar o referido pleito com nefrologia, depois no entendimento entendemos que era retrocesso devolver esse serviço ao Estado, enquanto que estavam querendo somente ajuda, por isso esse retrocesso na solicitação do ponto em pauta. Nesse momento o Sr. Aluizio Melo, Delegado Nacional do Ministério das Cidades pergunta se o Conselho de Saúde faz reunião com o Secretário de Saúde e se seus membros fazem visita aos Hospitais de Imperatriz, inclusive o Hospital Municipal. O Sr. Presidente do CMS disse que sim. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa informou que semana passada a Comissão de Rede esteve visitando o Hospital Municipal, e elas acontecem com provocação e sem provocação. E disse ainda que o mesmo é responsável pela alimentação do sistema do Portal da Transparência, onde tem o bloco de atividades do CMS, onde é alimentado com toda documentação, inclusive as atas, relatórios dessas visitas e outros. A Dra. Maria das Graças Carvalho de Sousa comentou da demora entre a consulta e resultado de exames. A Sra. Alexandra Barbosa Lima disse que presenciou uma pessoa ser agredida na Upa do Bairro São José,...a mesma está há dois meses doente sem conseguir consulta com ortopedista, teve que ir no particular. Nesse momento o Sr. Presidente João Assunção apresentou a proposta de práticas integrativas e complementares em saúde que não está na pauta, por isso entregou uma cópia aos Conselheiros presentes e na próxima reunião será discutido. Em seguida foi distribuído cópias do **projeto de Implantação de uma Estratégia de Saúde da Família – ESF Prisional no Município de Imperatriz no Itamar Guará** para que fosse discutido e apreciado nessa reunião haja vista a urgência. Colocado em apreciação se entraria ou não na pauta dessa reunião, foi aprovado pela maioria dos Conselheiros que se fizesse a discussão do mesmo. A Conselheira Viviane Nóbrega Laurito disse que esse projeto é inédito no maranhão. A Sra. Yara Naya Lopes de Andrade Goiabeira (DAB), fez apresentação do Projeto Implantação de uma Estratégia de Saúde da Família – ESF Prisional no município de Imperatriz – Ma. A mesma fez uma breve explanação onde disse que essa equipe será tipo III, podendo atender acima de 500 internos, com o objetivo de levar saúde básica a todos os privados de liberdade e seus familiares, bem como aos funcionários do sistema, proporcionando aos usuários em sistema semiaberto

a ressocialização por meio da implantação dessa equipe de ESF..A equipe será composta de Enfermeiros, Médicos clínicos, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, Cirurgiões Dentistas, Técnicos em Saúde Bucal, Psicólogos, Assistente Social, Terapeuta ocupacional, Fisioterapeuta, Nutricionista e Farmacêutico, com uma carga horária de 20 horas para o médico e demais 40 horas. Ressalta ainda que um destes profissionais seja médicos psiquiatra, ou com experiência em saúde mental. Após responder todas as perguntas dos Conselheiros foi colocado em apreciação o **Projeto de Implantação de uma Estratégia de Saúde da Família – ESF Prisional no Município de Imperatriz no Itamar Guará** o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. Nesse momento fez uso da palavra a Sra. Hércia Regina Lima Gonçalves, que veio falar sobre a I Conferência Municipal de Vigilância em Saúde, que deverá ser realizada com parceria do CMS até 31/08/2017. Nela vamos escolher os delegados para a nacional e o Estado ficou responsável por organizar essas conferências na região. Na próxima reunião do Conselho de Saúde no dia 10/08/2017, vamos tratar da data da referida Conferência que tem como objetivo “Propor diretrizes para a formulação da Política Nacional de Vigilância em Saúde e o Fortalecimento de Ações de Promoção e Proteção à Saúde”. Tema central: “Vigilância em Saúde: direito, Conquista de Defesa em um SUS Público de Qualidade”. O Conselheiro Luiz Gonzaga Correa Neto informa a situação que o mesmo presenciou no Posto de Saúde Milton Lopes, onde um idoso com mais de setenta anos ficou sem autorizar uma solicitação de exame de rotina da sua neta menor de idade, por falta de um comprovante para identificar parentesco. Ainda tentou intervir, mas sem sucesso e acha que a Direção da UBS deveria ter usado o bom senso nesse caso, sem contar que estaria respeitando o estatuto do idoso. O Conselheiro Manoel Alves Pereira acha que o Conselho deveria solicitar ao Coordenador do Cartão SUS vir aqui no CMS apresentar sua estrutura e a forma de como funciona. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA
 IOMAR MENDES DE SOUSA
 ISABEL CRISTINA L. SILVA
 JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS
 JOÃO CARLOS DE SOUSA
 LÍVIA Ma DIAS O. BUSTAMANTE
 LUIZ GONZAGA CORREIA NETO
 MANOEL ALVES PEREIRA
 MARIA ALMEIDA VARÃO
 FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO
 MARIA DIVINA DA SILVA REIS
 RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA
 MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO LIMA
 SILVANA CASTRO FERREIRA
 JOÃO BATISTA LIMA
 ROSIMAR MELO TELES
 VIVIANE NÓBREGA
 RENATA HERNANDES LEAL

Albane Freitas de Sousa
 Iomar Mendes de Sousa
 Isabel Cristina L. da Silva
 João Assunção Martins
 João Carlos de Sousa
 Bustamante:
 Luiz Gonzaga Netto
 Manoel Alves Pereira -
 Francisco das Chagas Pacheco
 Maria Divina da Silva Reis
 Raimundo N. P. da Silva
 Maria de Fátima Araújo Lima
 Silvana Castro Ferreira
 João Batista Lima
 Rosimar Melo Teles
 Viviane Nobrega
 Renata Hernandez Leal

Imperatriz - Ma, 13 de julho de 2017.

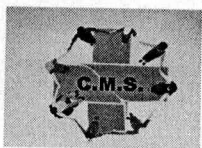


Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS- CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 10/08/2017.

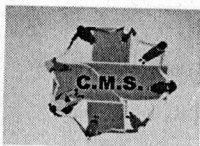
Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Foi justificada a ausência dos Conselheiros: João Carlos de Sousa, Isabel Cristina Leal, Renata Hernandez Leal e Silvana Castro Ferreira. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Presidente do CMS deu por aberta a reunião saudando todos os presentes, quando apresentou a proposta de pauta: 1º PONTO: Leitura de ata; 2º PONTO: Práticas Interativas e Complementares em Saúde (NASF); 3º PONTO: CIST/CEREST; 4º Vigilância Sanitária (horário de funcionamento); 5º PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde e 6º PONTO Informes. Iniciou-se pelo **1º PONTO**, com a leitura de ata da reunião anterior feita pelo Conselheiro Iomar Mendes de Sousa. O Conselheiro Luis Gonzaga Correa Neto quer saber se foi resolvido o caso do idoso que não conseguiu marcar o exame de sua neta. A Conselheira Viviane Nóbrega Laurito disse que já tem várias denúncias contra esse idoso, de que o mesmo está vendendo vagas. Nesse momento o Conselheiro Albane Freitas de Sousa disse que não é verídico. O Conselheiro Luis Gonzaga Correa Neto também confirmou que depois o Sr. Idoso conseguiu a documentação e assim provar o seu parentesco com a pessoa da qual estava aguardando vez na fila. A Conselheira Lívia Maria Dias Oliveira Bustamante acredita que a humanização na porta de entrada é que vai dar nome a saúde. Em seguida foi colocada em apreciação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes.

2º PONTO: Práticas Interativas e Complementares em Saúde (NASF). Nesse momento fez uso da palavra os responsáveis pelo projeto Sra. Shirlene da Silva Viana e Sr. Romulo Dayan, fisioterapeuta do NASF, que iniciaram fazendo uma longa explanação sobre essas políticas de práticas integrativas no município, que ao inserir essas práticas integrativas e complementares na Atenção Primária em Saúde no município de Imperatriz, contribuiremos para a implementação do SUS. O projeto busca romper com as estruturas tradicionais assistencialistas e instrumentalizar profissionais para abordagem dos determinantes do processo saúde – doença e as necessidades sociais dos sujeitos na comunidade através do desenvolvimento das práticas integrativas e complementares nos serviços de saúde do município de Imperatriz, que tem como objetivo geral o foco na



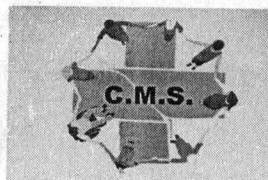
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

prevenção de agravos, promoção da saúde e recurso terapêutico de forma multidisciplinar, estimulando a escuta qualificada, acolhimento e os cuidados em saúde. O Coordenador da Vigilância ambiental, Sr. Frazão, disse que está muito feliz com esse projeto e comentou sobre a água que recebemos nas nossas casas e a forma como elas são fiscalizadas. Está aqui presente nessa reunião porque quer que o CMS tome conhecimento da importância da Secretaria de Vigilância Ambiental e quer propor que se crie um fundo para gerenciar o recurso que lhe é destinado. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra onde a Conselheira Viviane Nóbrega Laurito falou que foi boa essa abordagem, mas que o mesmo tem que fazer o projeto e trazer para o Conselho. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante disse que a cada reunião se descobre coisas que vem passando pelo Conselho que antes não nos era apresentado, e achou de grande valia essa proposta do Sr. Frazão. É viável e importante se fazer essa Pactuação de forma responsável. Foi dito também que a Vigilância Sanitária da gestão anterior, deixou vários laboratórios clandestinos funcionando. O Sr. Presidente do CMS, João Assunção Martins disse que Vigilância Sanitária na gestão passada estava muito precária, sem condições de fazer nada e continua do mesmo jeito. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa comentou que se pode pensar em um sistema de consórcio de saúde da Pactuação na área da Vigilância, via projeto, para gerir apenas o recurso da Pactuação. O Sr. Presidente do CMS, João Assunção Martins perguntou o que é necessário hoje para a implantação dessas práticas. Foi respondido que precisam das equipes do NASF e profissionais para difundir essas práticas. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa disse que através da capacitação e adequação, trazendo esse pessoal que estão na irregularidade para se capacitar, porque quando se difundir isso, ele vai saber usar na medida certa. Sra. Shirlene da Silva Viana e Sr. Romulo Dayan finalizaram sua fala dizendo que estão aqui no CMS pedindo ajuda, por conta da possibilidade de um laboratório para essas práticas que ao todo são dezesseis práticas e o próximo passo são os questionários e os profissionais que vão usar para essa capacitação. A Conselheira Elizabeth Rodrigues Lima pergunta se vai ter alguém capacitado na Unidade de Saúde para tirar a dúvida do pai que vai atrás de um medicamento. Foi dito que é justamente por isso que querem essa disseminação para que todas as dúvidas sejam sanadas. Em seguida foi colocado em votação o Projeto de Práticas Interativas e Complementares em Saúde de Imperatriz – Maranhão, sendo que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **3º PONTO:**



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

CIST/CEREST. Feita a leitura da Ata da reunião extraordinária da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, realizada no auditório do CEREST, no 26 de abril de 2017 para prestação de contas referente a 2016 e apresentação da PAS Programação Anual de Saúde/2017 para apreciação desse colegiado. Após a leitura o Sr. Presidente do CMS João Assunção Martins, colocou em votação o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **4º PONTO: Vigilância Sanitária.** O Sr. Presidente, João Assunção Martins pediu para a Sra. Luiza da Penha Noleto, Chefe do Núcleo de Serviço em Saúde, presente nessa reunião representando a Vigilância em Saúde, para que a mesma falasse da questão do horário de funcionamento da Vigilância. Com a palavra a Sra. Luiza da Penha Noleto disse que estão cumprindo a mesma carga horária da Prefeitura de 8h00 às 14H00 e informa que estão em outro local, na Rua Ceará, entre a Rua Fortunato Bandeira e São Paulo. A Conselheira Livia Maria Dias Oliveira Bustamante informa que antes a Vigilância contava com três núcleos funcionando, um pela manhã e outro a tarde. Mas hoje a Vigilância Sanitária não tem nenhuma estruturação, falta carro e isso é ruim pra saúde, para o município e para a própria Vigilância Sanitária. **5º PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde/2017.** Foi apresentado pelo Conselheiro Manoel Alves Pereira o relatório da Comissão de Fiscalização referente a PAS- Programação Anual de Saúde dando parecer favorável à apreciação da mesma. O mesmo falou das apresentações que foram muito importantes para se entender cada programa existente. Em seguida foi colocado em apreciação a PAS – Programação Anual de Saúde/2017 o que foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes. **6º PONTO: Informes.** Hércia Regina Lima Gonçalves, Coordenadora do DANTS, informa que ainda não tem data definida para a realização da 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde, mas já se reuniram, traçaram estratégias nesse sentido e que na próxima reunião virá com mais informações. A Conselheira Viviane Nobrega, representante da Gestão, informa que a XIV Conferência Municipal de Saúde será realizada nos dias 24 e 25/08/17, iniciando no dia 24 a partir das 14hs com as inscrições e uma palestra magna, e no segundo dia se continua com as demais atividades que já estão todas encaminhadas. Finalizou sua fala dizendo que o SUS é um sistema de saúde muito bom, agradece a equipe que está ajudando no processo da conferência que contou com o Promotor de Justiça Newton Belo na abertura das



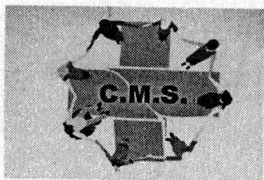
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

inscrições. Ficou muito feliz porque até os que duvidavam do processo transparente da realização dessa conferência, deram entrevista elogiando o processo. Quanto à questão de dormir na fila, isso é um direito de ir e vir de cada um. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa sugere que a gestão dê ponto facultativo nessa data da Conferência para que os trabalhadores da saúde possam participar. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa sugere que sejam convidadas as instituições dos cursos de saúde para participarem da conferência de saúde. O Presidente do CMS - João Assunção Martins, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA
ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA
ELIZABETH RODRIGUES LIMA
FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO
HÉLIO FRANCE SENA SANTOS
IOMAR MENDES DE SOUSA
JOÃO ASSUNÇÃO MARTINS
LÍVIA Ma DIAS O. BUSTAMANTE
LUIZ GONZAGA CORREIA NETO
MANOEL ALVES PEREIRA
MARIA DIVINA DA SILVA REIS
MARINEIDE BARBOSA LIMA
ROSIMAR MELO TELES
SILVANA DOS SANTOS CARVALHO
VILMA LÉLIA RIOS DA SILVA
VIVIANE NÓBREGA LAURITO

Albane Freitas de Sousa
Ana Claudia Braga Santos Silva
Elizabeth Rodrigues Lima
Francisco das Chagas Pacheco
Iomar Mendes de Sousa
João Assunção Martins
Livia Ma Dias O. Bustamante
Luiz Gonzaga Correia Neto
Manoel Alves Pereira
Maria Divina da Silva Reis
Marineide Barbosa Lima
Rosimar Melo Teles
Silvana dos Santos Carvalho
Vilma Lélia Rios da Silva
Viviane Nóbrega Laurito

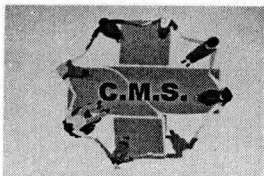
Imperatriz - Ma, 10 de agosto de 2017.



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

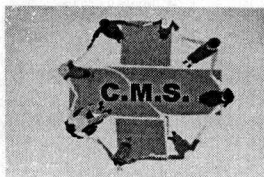
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 14/09/2017.

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se os Conselheiros eleitos para o biênio: setembro 2017 a setembro 2019. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, o Sr. João Assunção Martins, Ex Presidente do CMS, conduziu os trabalhos da Mesa, dando por aberta à reunião saudando todos os presentes, quando apresentou a seguinte proposta de pauta: 1º PONTO: Nomeação dos novos Conselheiros; 2º PONTO: Eleição da Mesa Diretora e 3º PONTO: Comissões do CMS. **1º PONTO: Nomeação dos novos Conselheiros** Nesse momento fez uso da palavra o Secretário Adjunto, Dr. Marcondes Carneiro Leite dizendo que as nomeações estavam prontas e já tinham sido até publicadas, quando foi observado um erro, mas já foi providenciada a correção e estamos aguardando as mesmas. Propõe a esse plenário dar continuidade com a reunião enquanto se aguarda as nomeações corrigidas. Todos foram de acordo, ficando marcada reunião extraordinária para quarta – feira, dia 20/09/2017, onde será entregue as nomeações e discutidos outros assuntos de interesse da saúde. Em seguida Dr. Marcondes Carneiro Leite fez a leitura dos nomes dos novos Conselheiros Municipais de Saúde e parabenizou a todos. **2º PONTO: Eleição da Mesa Diretora.** Sr. João Assunção Martins, deu oportunidade para apresentação de chapas para composição da nova mesa diretora do CMS. Na oportunidade foi apresentada uma única chapa pela Conselheira Lívia Mª Dias Oliveira Bustamante, composta de: PRESIDENTE: Lívia Mª Dias Oliveira Bustamante; VICE – PRESIDENTE: Ana Cláudia Braga Santos Silva; 1º SECRETÁRIO: Albane Freitas de Sousa e 2º SECRETÁRIO: Rosimar Melo Teles. Nesse momento fez uso da palavra a Conselheira Mª das Graças C. de Sousa Magalhães, manifestando o desejo de fazer parte da Mesa Diretora. Em seguida a Conselheira Francineide Pereira Alves fez alguns esclarecimentos sobre a composição da chapa e finalizou dizendo que não tem possibilidade da mesma fazer uma chapa, haja vista não ter



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

nenhum prestador/gestor que queira compor contrário a chapa apresentada. Em seguida o Sr. João Assunção Martins colocou em votação a chapa composta por: PRESIDENTE: Lívia M^a Dias Oliveira Bustamante; VICE – PRESIDENTE: Ana Cláudia Braga Santos Silva; 1º SECRETÁRIO: Albane Freitas de Sousa e 2º SECRETÁRIO: Rosimar Melo Teles, que foi aprovada por doze votos a favor. 3º **PONTO: Comissões do CMS.** Assumiram os trabalhos a Mesa Diretora do CMS, onde a Sra. Presidente Lívia M^a Dias Oliveira Bustamante se pronunciou dizendo que somos sabedores dos grandes desafios que este CMS está vivenciando, pede o voto de confiança e que cada um assuma de fato o seu papel para que juntos possamos realizar o melhor. Em seguida foram apresentadas as sugestões de nomes para comporem as comissões do conselho, o que no primeiro momento houve várias manifestações, mas em seguida tudo se resolveu e foram indicados os nomes dos componentes de cada comissão, na medida em que ultrapassava o numero de representação de um segmento, colocava-se em votação, o que resultou como se segue: **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:** Manoel Alves Pereira e Rui Alves Macêdo (Prestador/ Gestor), Iomar Mendes de Sousa e Francineide Pereira Alves (Trabalhador), Charlene Santos Araújo Sousa, M^a Raimunda de Sousa Arraz, M^a Tamar T. Cavalcante de Sousa e Lucília do Nascimento Lima (Usuário). **COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS:** Hélio José Bertoldo da Silva (Prestador/ Gestor), Vilma Léia Rios da Silva (Trabalhador), Elizabeth Rodrigues Lima e Acilea Santos Nascimento Pereira (Usuário). **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REDE, UNIDADES DE SAÚDE, HMI E HII.:** Izabel Cristina Leal Silva e Hércia Regina Lima Gonçalves (Prestador/ Gestor), Silvana Castro Ferreira e Alexandre da Silva Campos (Trabalhador), Maria Divina da Silva Reis, Francisco Neto Ferreira da Silva, Ercy Maria do Nascimento Chaves e Eurami Reis Pereira (Usuário). **COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO:** M^a das Graças C. de Souza Magalhães (usuária), Eline Rocha Araújo Alves (Prestador/ Gestor), **COMISSÃO DE ÉTICA** Renata Hernandes Leal (Prestador/ Gestor), Margarida Neres Pessoa (Trabalhador), Aline Marque Borges Alves (usuária). As Comissões de Divulgação e Comissão de Ética estão incompletas, ficando a cargo da Mesa Diretora verificar quem gostaria de fazer parte dessas comissões de acordo o segmento. Colocado em votação, foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes a composição das



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

comissões do Conselho Municipal de Saúde. INFORMES: O Conselheiro Albane Freitas de Sousa sugere que as Comissões do CMS se reúnam para eleger seus presidente e relator, bem como elaborar calendário de reuniões e fiscalizações. A Conselheira Hércia Regina Lima Gonçalves informa que a Conferência de Vigilância em Saúde será dia 29/09/2017, nesse auditório. Alguns Conselheiros pedem para que os crachás dos Conselheiros sejam confeccionados o mais breve possível por conta da necessidade de apresentarem o mesmo no ato do exercício de suas funções fiscalizadoras. A Sra. Presidente do CMS, Livia M^a dias Oliveira Bustamante, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ACILEA SANTOS NASCIMENTO PEREIRA

ALBANE FREITAS DE SOUSA

ALEXANDRE DA SILVA CAMPOS

ALINE MARQUES BORGES ALVES

ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA

ARGEMIRO DE JESUS OLIVEIRA

CHARLENE SANTOS DE ARAÚJO SOUSA

ELINE ROCHA ARAÚJO ALVES

ELIZABETH RODRIGUES LIMA

ERCY M^a DO NASCIMENTO CHAVES

EURAMI REIS PEREIRA

FRANCINEIDE PEREIRA ALVES

FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA

HÉLCIA REGINA LIMA GONÇALVES

HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA

IOMAR MENDES DE SOUSA

JOÃO BATISTA SILVA NUNES

JURANDI MESQUITA

LÍVIA Ma DIAS O. BUSTAMANTE

LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA

M^a DAS GRAÇAS C. SOUSA MAGALHÃES

M^a RAIMUNDA DE SOUZA ARRAZ

M^a TAMAR TORQUATO C. DE SOUSA

MANOEL ALVES PEREIRA

Acilea S. N. Ferreira
Albane Freitas de Sousa

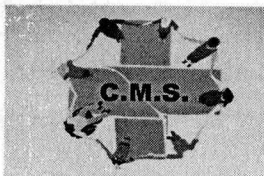
Argemiro de Jesus Oliveira
Charlene Santos de Araújo Sousa

Eline Rocha A. Alves
Elizabeth R. Lima
Ercey Maria do Nascimento Chaves
Eurami Reis Pereira

Francineide Pereira Alves
Francisco Neto Ferreira da Silva
Hércia Regina Lima Gonçalves

Hélio José Bertoldo da Silva
Iomar Mendes de Sousa
João Batista Silva Nunes
Jurandi Mesquita

Livia Ma Dias O. Bustamante
Lucília do Nascimento Lima
M^a das Graças C. Sousa Magalhães
M^a Raimunda de Souza Arraz
M^a Tamar Torquato C. de Sousa
Manoel Alves Pereira



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

MARGARIDA NERES PESSOA
MARIA DIVINA DA SILVA REIS
RONALDO TOMAZ DE AQUINO
ROSIMAR MELO TELES
RUI ALVES MACEDO
SILVANA CASTRO FERREIRA
VILMA LÉLIA RIOS DA SILVA

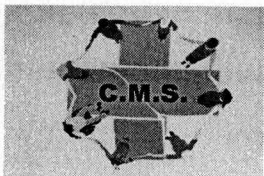
Maria Divina da Silva Reis

Rosimar Melo Teles

Rui Alves Macedo

Vilma Lélia Rios da Silva

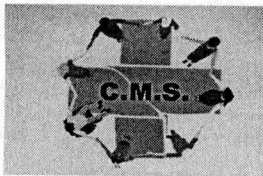
Imperatriz - Ma, 14 de setembro de 2017.



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

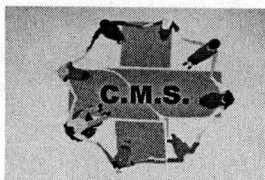
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 20/09/2017.

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Livia Mª Dias Oliveira Bustamante, Presidente do CMS, deu por aberta à reunião saudando todos os presentes, quando apresentou a proposta de pauta: 1º PONTO: Nomeação dos novos Conselheiros; 2º PONTO: Comissões do CMS; 3º PONTO: Eleição de membro para acompanhamento dos processos de chamamento público; 4º PONTO: Comissão de Licitação e Contratos e 5º PONTO: INFORMES. Iniciou-se pelo **1º PONTO**: Leitura da Ata da reunião anterior, feita pela Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva e submetida à apreciação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: Nomeações dos Novos Conselheiros** Municipais de Saúde. Nesse momento fez uso da palavra o Secretário Municipal de Saúde, Dr. Alair Batista Firmiano, que parabenizou a todos pela eleição onde os mesmos foram escolhidos, gostaria de contar com a parceria do CMS, pois estamos aqui para trabalharmos juntos pela saúde de Imperatriz. Não pretende fazer nada de errado, por isso acha bom ter o Conselho como órgão fiscalizador e nossa relação será sempre transparente. Em seguida deu início a entrega das nomeações pelo seguimento dos usuários do SUS. **3º PONTO: Comissões do CMS**. Nesse momento foi concluída a formação da **COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO**: Mª das Graças C. de Souza Magalhães e Iran Mendes Araújo (usuário), Eline Rocha Araújo Alves (Prestador/ Gestor), João Carvalho Parrião (Trabalhador). **COMISSÃO DE ÉTICA** Renata Hernandez Leal (Prestador/ Gestor), Margarida Neres Pessoa (Trabalhador), Aline Marque Borges Alves e Jurandi Mesquita (usuários). A Presidente do CMS, Livia Mª Dias Oliveira Bustamante, falou da importância das comissões estarem se reunindo e definindo quem será presidente e relator, bem como as datas e horários das ^{reuniões} fiscalizações. **4º PONTO:**



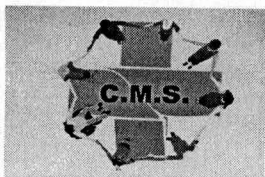
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

Eleição de membro para acompanhamento dos processos de chamamento público. A Presidente do CMS, Livia M^a Dias Oliveira Bustamante comentou do ofício /GC nº 108/2017, datado de 13/09/2017, que fala da abertura de Processo de Chamamento Público para futura contratação de empresa prestadora de serviço de tratamento dialítico de demanda ambulatorial da Rede Municipal de Saúde de Imperatriz, e que para tal, necessita que seja disponibilizado conselheiros de saúde, para compor a comissão do processo supra, onde farão vistoria in loco junto com representantes da Auditoria do Município. Nesse momento fez uso da palavra o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, sugerindo que tais conselheiros, sejam membros da Comissão de Acompanhamento da Rede, o que foi acatado por todos os presentes. Foram indicados os seguintes nomes: Hércia Regina Lima Gonçalves, Silvana Castro Ferreira e Eurami Reis Pereira, colocado em votação foram aprovados por unanimidade dos Conselheiros presentes. **5º PONTO: Comissão de Licitação e Contratos:** O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, fez uma breve explanação sobre o 00398 Pregão presencial 3101.1327/2017 Contratação de serviços de citilografia, tais serviços estão no referido pregão com valores acima da tabela SUS e o 00401 Pregão presencial 3101.1327/2017 Contratação de serviços Laboratoriais de Análises e Clínicas do HII, HMI e UPA, que o valor global de tal pregão está muito acima do necessário, bem como as quantidades de procedimentos. Por conta disso propõe a esse colegiado, que todos os procedimentos contratados pela Secretaria Municipal de Saúde deverão ser realizados exclusivamente com base na tabela SUS. Em seguida colocado em votação, foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. Falou ainda o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva a questão da licitação que até o momento a maioria dos serviços da saúde não foram licitados e daqui alguns dias a saúde vai ficar um caos. Solicita a esse plenário que aprove enviar um encaminhamento a SEMUS para que seja criada uma comissão de licitação própria para a Secretaria Municipal de Saúde e assim diminuir a burocracia, pois acredita que a Lei da CPL – Comissão Processos de Licitação possa ser mudada e evitaria tal situação. A Conselheira Francineide Pereira Alves disse que essa resolução já havia sido aprovada à alguns anos atrás mas nunca foi efetivada, e realmente a burocracia atrapalha muito os serviços da saúde e por conta disso, subscreve a solicitação do Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva e sugere a plenária que aprove essa resolução. O Conselheiro Manoel Pereira Alves disse que concorda com o que foi falado e pede ao Assessor Jurídico do CMS ver se há possibilidade jurídica para que possamos fazer uma ação em busca dessa licitação própria da saúde. Dr.



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

Glebson Sousa Lessa, Assessor Jurídico do CMS disse que só pode ser criada uma CPL própria para a saúde, através de lei. Entretanto a gestão está tentando ver a possibilidade da criação de uma Sub – CPL que funcionaria dentro da SEMUS, vinculada a CPL Geral. A Conselheira Eurami Reis Pereira acha que devemos pressionar os dois lados para que isso aconteça. A Conselheira Francineide Pereira Alves e outros Conselheiros acreditam que o Prefeito como executivo deve fazer o decreto de lei. A Conselheira M^a das Graças C. Sousa Magalhães falou da importância de que essa resolução tenha as considerações, que seja fundamentada e embasada na lei. **6º PONTO: INFORMES.** Foi registrada a presença do Sr. Manoel Lajes – Coordenador da CISTT Estadual. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa informa aos Conselheiros de uma visita que foi feita na Vigilância Ambiental, onde foi solicitado dos mesmos um relatório das atividades e necessidades da Vigilância Ambiental que estão trabalhando em condições precárias, e passa as mãos da Presidente da Comissão de Acompanhamento da Rede, Hércia Regina Lima Gonçalves para que visite o local e faça relatório para trazer e informar a esse colegiado na próxima reunião ordinária. A Presidente do CMS - Livia M^a Dias Oliveira Bustamante disse que a Vigilância Ambiental tem muitos problemas e por conta disso eles tiveram dificuldades de fazer ações. Informa ainda que recebemos um documento da Sra. Thais Alexandra Lopes dos Santos, Coordenadora do Setor Jurídico da SEMUS nos solicitando informações sobre como vem sendo desenvolvido o sistema de notificação compulsória junto à rede municipal de saúde para os casos de suspeita ou confirmação de violência doméstica e familiar contra a mulher. As Conselheiras Francineide Pereira Alves e Livia M^a Dias Oliveira Bustamante informaram que já foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta realizado e assinado em 2010 pelos diretores e donos das Instituições de Saúde de Imperatriz. A Conselheira Hércia Regina Lima Gonçalves disse que essa questão está no programa que a mesma é Coordenadora – DANT – Doenças de Agravos Não Transmissíveis. E disse que existe nas Unidades de Saúde como UPAS, HMI- Hospital Municipal de Imperatriz e HII – Hospital Infantil de Imperatriz estão sendo realizadas as notificações de violências, por outro lado não ocorre nenhuma notificação de violência pela rede de saúde privada. Informa ainda que está trabalhando nesse assunto e acredita que até final do ano será resolvido. A Conselheira M^a das Graças C. de Sousa

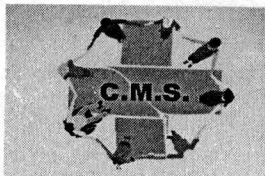


Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

Magalhães disse que é importante se ter em mente que a saúde é um dever do Estado, esse assunto é de relevância pública, portanto se deve pensar uma forma de fazê-los fazer o que deve ser feito. A Conselheira Francineide Pereira Alves, solicita que seja feita uma capacitação para todos os Conselheiros de Saúde. A Presidente do CMS - Livia M^a Dias Oliveira Bustamante informa que já foi feito ofício para a gestão solicitando os crachás para os Conselheiros, afim de que os mesmos possam estar identificados ao se apresentarem no momento de fiscalização. Pede Informações ao pessoal da gestão sobre a transformação da UBS – Unidade Básica de Saúde da Vila Nova em uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento. O Conselheiro Manoel Alves Pereira, representante da gestão, disse que estão em estudo se há viabilidade de lá onde funcionava a Unidade Mista da Vila Nova, tem condições de receber 50 leitos de UTI – Unidade Terapia Intensiva e fez alguns esclarecimentos dizendo que a gestão anterior informou para o Ministério da Saúde que no HMI – Hospital Municipal de Imperatriz funcionava mais de 50 leitos de intermediária UTI. Mas quando a Auditoria veio suspender o recurso e o município teria que devolvê-lo todo recurso que foi recebido desde 2013 caso não efetivasse esse serviço. A Conselheira Eurami Reis Pereira sugere que na próxima reunião se tenha um estudo didaticamente falando dentro daquilo que vamos trabalhar. A Conselheira M^a das Graças C. de Souza Magalhães quer saber sobre o prazo para o Segundo Quadrimestre ser apresentado no Conselho. Foi respondido que o prazo é até dia 30/09/2017. O Conselheiro João Carvalho Parrião pede para que cada Conselheiro tenha compromisso com suas comissões e sugere da Sra. Presidente que tenham as subcomissões do CMS. O Conselheiro Jurandi Mesquita pede que todos os Conselheiros de Saúde sejam capacitados. A Sra. Presidente do CMS, Livia M^a Dias Oliveira Bustamante, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ACILEA SANTOS NASCIMENTO PEREIRA
ALBANE FREITAS DE SOUSA
ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA

Livia M. Dias Oliveira Bustamante
Albane Freitas de Sousa
Ana Claudia Braga Santos Silva

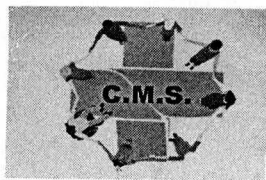


Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

CLÁUDIA ALVES CARVALHO
ELINE ROCHA ARAÚJO ALVES
ELIZABETH RODRIGUES LIMA
ERCY M^a DO NASCIMENTO CHAVES
EURAMI REIS PEREIRA
FRANCINEIDE PEREIRA ALVES
FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA
HÉLCIA REGINA LIMA GONÇALVES
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
ISABEL CRISTINA LEAL DA SILVA
JOÃO BATISTA SILVA NUNES
JOÃO CARVALHO PARRIÃO
JURANDI MESQUITA
LÍVIA Ma DIAS O. BUSTAMANTE
M^a DAS GRAÇAS C. SOUSA MAGALHÃES
M^a TAMAR TORQUATO C. DE SOUSA
MANOEL ALVES PEREIRA
MARGARIDA NERES PESSOA
MARIA DIVINA DA SILVA REIS
RENATA HERNANDES LEAL
ROSIMAR MELO TELES
SILVANA CASTRO FERREIRA
VILMA LÉLIA RIOS DA SILVA

Claudia Alves de O. Carvalho
Eline Rocha Alves
Elizabeth R. Lima
Ercey Maria do Nascimento Chaves
Eurami Reis Pereira
Francineide Pereira Alves
Francisco Neto Ferreira da Silva
Helcia Regina Lima Goncalves
Helio Jose Bertoldo da Silva
Isabel Cristina Leal da Silva
Joao Batista Silva Nunes
Joao Carvalho Parrião
Jurandi Mesquita
Livia Ma Dias O. Bustamante
Maria Tamar Torquato Cavalcante
Manoel Alves Pereira
Maria Divina da Silva Reis
Renata Hernandez Leal
Rosimar Melo Teles
Silvana Castro Ferreira
Vilma Helia Rios da Silva

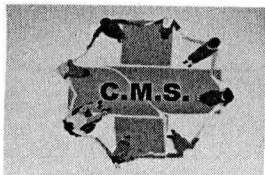
Imperatriz - Ma, 20 de setembro de 2017.



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

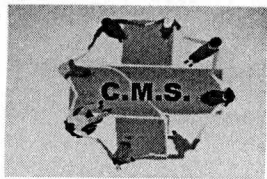
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 06/10/2017.

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, no auditório da SEMUS, reuniram-se seus membros para tratarem assuntos de interesse da saúde. Após certificar-se que o número de Conselheiros presentes dava quórum conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Livia Mª Dias Oliveira Bustamante, Presidente do CMS, deu por aberta à reunião saudando todos os presentes, quando apresentou a proposta de pauta: 1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior; 2º PONTO: Eleição de membro para a CISTT; 3º PONTO: DECISÃO – Gabinete do Prefeito – 61262017 RELATIVO AO PROCESSO - 41002017; 4º PONTO: Suspensão parcial da Portaria 2499/11 e 5º PONTO: Informes da Saúde. Foi justificada a ausência dos seguintes Conselheiros: Ana Cláudia Braga Santos Silva, Mª das Graças Carvalho de Souza Magalhães, Ercy Mª do Nascimento Chaves e Francineide Pereira Alves. Iniciou-se pelo 1º **PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior**, feita pelo Conselheiro Iomar Mendes de Sousa e em seguida o mesmo comentou sobre o Termo de Ajuste e Conduta – TAC de notificação de violência contra a mulher, que foi solicitado ao Conselho de Saúde informações sobre esses dados, só que não é o CMS que tem essas informações, isso é dever do DANTs – Doenças e Agravos Não Transmissíveis, e a Mesa Diretora do CMS já respondeu o ofício. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa solicita informações sobre situação atual dos leitos que foram suspensos do Hospital Municipal de Imperatriz pelo Ministério da Saúde. A Conselheira Hércia Regina Lima Gonçalves e Coordenadora do DANTs - fez uma breve explanação da reunião que foi realizada em 2010 com alguns órgãos voltada à violência contra a mulher, dizendo que não sabia desse documento, só ficou a par do Termo de Ajustamento e Conduta aqui no CMS e daí vem tomando informações, eles é que não estavam sendo informados. Em seguida foi colocada em apreciação a Ata, que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. Nesse momento registrou-se a presença de representantes da Atenção Básica. **2º PONTO: Eleição de membro para a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e**



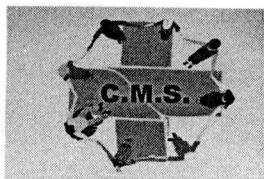
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

Trabalhadora - CISTT. A Presidente do CMS, Livia M^a D. O. Bustamante passou a palavra para o Sr. Manoel Lajes, Coordenador da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora - CISTT / Estadual, para que o mesmo explicasse a importância da CISTT. O mesmo iniciou falando que é importante que o Coordenador da CISTT seja um membro do Conselho de Saúde porque ele é um porta voz e ajuda o Conselho a decidir melhoras para a saúde do trabalhador. O CEREST faz saúde, mas precisa da CISTT dizendo o que deve ser feito para melhorar a saúde do trabalhador. Cada categoria dentro da CISTT se torna uma Comissão do Conselho. Pede a Gestão para que possa estar gastando esse recurso destinado para as atividades e que o CMS reveja o que tá regido no decreto feito pela gestão, onde diz que com menos de 150 km não tem direito a diárias e isso tem prejudicado as ações da CISTT E CEREST, que são regionais. Falou também do Encontro Nacional das CISTT's que vai acontecer em Brasília e da importância do Coordenador se fazer presente nesse evento. A estrutura do CEREST de Imperatriz é uma das melhores, tem carro exclusivo e tudo comprado com recurso da saúde do trabalhador. A Sra. Silvana Pitol complementou dizendo que o recurso do CEREST deve ser gasto de acordo com a PAS – Programação Anual de Saúde, pois as ações estão programadas e aprovadas pelo Conselho. A Sra. Presidente do CMS, Livia M^a Dias O. Bustamante disse que nesse momento temos que eleger dois nomes, um titular e um suplente para representar o CMS na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora - CISTT, daí abriu espaço para as pessoas que quisessem se candidatar e apresentou o nome do Conselheiro João Carvalho Parrião como interessado na vaga de titular e os Senhores João Carlos de Sousa e Jurandi Mesquita se indicaram para suplente. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes o nome de João Carvalho Parrião – Trabalhador, como titular e João Carlos de Sousa – Usuário, como suplente. Nesse momento o Conselheiro Iomar Mendes de Sousa disse que ouviu falar que a médica do trabalho foi chamada para explicar o porquê de tantos atestados no HMI – Hospital Municipal de Imperatriz ter tanto atestado. A Sra. Silvana Pitol disse que o CEREST atendia os trabalhadores dentro do projeto de que cuida do cuidador, mas, desde que Dr. Alisson Mota assumiu a administração do Hospital Municipal, proibiu o CEREST de realizar esses atendimentos e contratou um médico do trabalho. E hoje também tem a dificuldade por falta de alguns profissionais como psicólogo, mas já foi solicitado para a



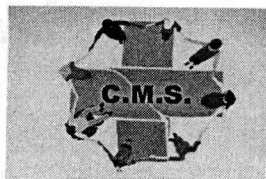
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

Secretaria de Saúde. **3º PONTO: DECISÃO – GP – 61262017 relativo ao processo – 41002017.** O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa questionou que a reunião foi antecipada justamente porque a gestão pediu para tratar desse ponto, e não tem nenhum representante da gestão para apresentar o mesmo. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra, dentre eles o Conselheiro Jurandi Mesquita dizendo que a gestão tem que cumprir com as propostas de pauta, enviando seus representantes para fazer explanação. A Sra. Presidente disse que foi o próprio Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano Batista que solicitou essa reunião, porque dia 20/10/2017 o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ vai chegar em Imperatriz e eles precisavam estar com tudo organizando dando continuidade a essas obras do qual trata o pedido em pauta. E que na oportunidade disse para o mesmo que era necessário um representante da gestão para estar explanando o assunto. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva informou que a gestão enviou para o Conselho a adesão do Pregão Presencial nº 43/2017 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e que esse contrato ainda não existe, eles só querem que o CMS tome ciência da adesão, não se tem o que aprovar. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa entende que temos uma Comissão de Licitação e Contratos que é quem analisa e trás para o plenário. O Conselheiro Jurandi Mesquita disse que estamos aqui para fiscalizar, não para discutir e aprovar o que ainda não foi feito. Nesse momento um Conselheiro foi convidar o Engenheiro da SEMUS Sr. Dionatas Alves de Oliveira para explicar sobre o assunto em questão. Com a palavra o mesmo disse que existe uma adesão, e realmente é só para o Conselho tomar ciência porque isso vai ser para demanda da saúde. Após todas as colocações os Conselheiros foram favoráveis **a ABERTURA DO PROCESSO** para se aderir à **Ata de Registro de Preços** decorrente do Pregão Presencial nº 43/2017 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJ/MA, com a empresa **QUALITECH ENGENHARIA LTDA** especializada prestação de serviço continuados de manutenção predial, corretiva, incluindo, reparos, adaptações/adequações, com fornecimento de mão de obra e material, nas edificações do Município de Imperatriz, com base no princípio da eficiência e maior benefício para administração pública, sendo que após a abertura do processo e análise pela Procuradoria Geral do Município, emitiremos parecer definitivo. **4º PONTO: Suspensão parcial da Portaria 2499/11.** A Sra. Presidente do CMS, Livia Mª Dias Oliveira Bustamante disse que trouxe essa discussão ao Conselho para que o



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

mesmo tome um posicionamento através de resolução sobre essa portaria 2488/11 que trata do funcionamento da Atenção Básica e o que vem suspendendo nessa portaria a solicitação de pedidos de exames do Enfermeiro. Entende que como o Enfermeiro faz vários acompanhamentos é necessário também que possamos solicitar exames e essa decisão vai acarretar e tornar um colapso na saúde. Já informou ao Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano Batista, conversou com o Assessor Jurídico do CMS, Dr. Glebson Lessa sobre o assunto. O Conselho Regional de Enfermagem - COREN já se posicionou no sentido de que os Enfermeiros não podem ir contrários à resolução. A Lei do exercício profissional nº 7498/86 diz em seu artigo 11º que o município deve regulamentar tais atividades em lei municipal, e por isso sugere que o CMS faça resolução para que seja feita uma análise de estudo de uma lei que regulamente dentro do município de Imperatriz. O Conselheiro Jurandi Mesquita acha que qualquer documento que venha para discussão no Conselho deve vir com cópia para os Conselheiros acompanharem a discussão. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, disse que uma solicitação de estudo é mais viável. Acha que esse encaminhamento deve vir do COFEN, COREN que tem que lutar pra derrubar essa lei. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa sugere que se faça um ofício para a SEMUS, solicitando um estudo para esse caso, e concorda que cabe aos órgãos de classe essa luta. O Conselheiro Manoel Alves Pereira disse que quando a Conselheira Livia Bustamante trouxe essa matéria para o conselho, foi para regulamentação da lei de enfermagem. A liminar não é definitiva, precisamos buscar embasamento para ver as medidas cabíveis. Os médicos não ficam o período todo, quem cumpre o seu horário é o Enfermeiro. A Enfermeira Flávia Saraiva disse que na verdade com essa medida os Enfermeiros sentem até um alívio, mas a população é quem vai sentir, isso vai ser um atraso e trazer insatisfação. A Sra. Silvana Pitol disse que a Enfermagem carrega a saúde nas costas e sabemos que em Imperatriz não tem médicos suficiente e os Secretários de Saúde é que tem que entrar nessa briga contra o CFM – Conselho Federal de Medicina. A Sra. Presidente Livia Bustamante disse que o CMS acaba sendo o receptor de tudo isso, aqui está sendo colocado uma situação que vai acarretar tanto a saúde quanto o gestor e a categoria precisa de apoio. Após todas as colocações foi colocada em votação a proposta de uma solicitação de estudo e divulgação ampla para a sociedade geral explicando o que tá acontecendo. A proposta foi aprovada por 12(doze) votos à



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

favor e 2(duas) abstenções. 5º **PONTO: Informes da Saúde.** A Sra. Silvana Pitol informa que o CEREST está deixando de realizar algumas ações que está na PAS – Programação Anual de Saúde, tais como a do Caminhoneiro e catadores, falta de fornecimento de café da manhã de qualidade para os trabalhadores que receberão os cuidados de saúde. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa informou de um equipamento que faz audiometria para investigação dos trabalhadores expostos ao ruído no CEREST – Centro de Referência de Saúde do Trabalhador que foi para manutenção em São Paulo desde janeiro/2017 e até o momento por conta de R\$ 600,00 (seiscentos reais) essa máquina não veio e está deixando de fazer alguns exames. A Sra. Presidente do CMS, Lívia Mª Dias Oliveira Bustamante, mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ACILEA SANTOS NASCIMENTO PEREIRA
ALBANE FREITAS DE SOUSA
ALINE MARQUES BORGES ALVES
CLÁUDIA ALVES CARVALHO
ARGEMIRO DE JESUS OLIVEIRA
LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA
EURAMI REIS PEREIRA
JOÃO CARLOS DE SOUSA
FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA
HÉLCIA REGINA LIMA GONÇALVES
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
ISABEL CRISTINA LEAL DA SILVA
JOÃO BATISTA SILVA NUNES
JOÃO CARVALHO PARRIÃO
JURANDI MESQUITA
LÍVIA Ma DIAS O. BUSTAMANTE
Mª RAIMUNDA DE SOUZA ARRAZ
Mª TAMAR TORQUATO C. DE SOUSA
MANOEL ALVES PEREIRA
MARIA DIVINA DA SILVA REIS
IOMAR MENDES DE SOUSA
ROSIMAR MELO TELES

Silvia A. Pitol
Albane Freitas de Sousa
Aline Marques Borges Alves
Claudia A. O. Carvalho

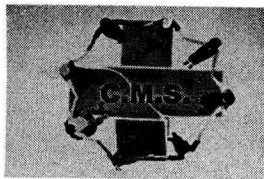
Lucilia do Nascimento Lima

João Carlos de Souza
Francisco Neto Ferreira da Silva
Hélia Regina Lima Gonçalves

Isabel Cristina Leal da Silva
João Batista Silva Nunes
João Carvalho Parrião
Jurandi Mesquita
Livia Ma Dias O. Bustamante

Maria Raimunda S. Arraz
Maria Tamar T. C. de Sousa
Manoel Alves Pereira
Maria Divina da Silva Reis

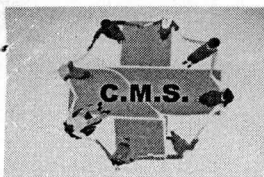
Iomar Mendes de Sousa
Rosimar Melo Teles



VILMA LÉLIA RIOS DA SILVA

Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

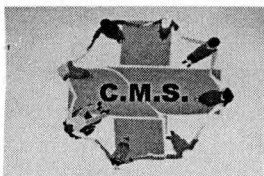
Imperatriz - Ma, 6 de outubro de 2017.



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

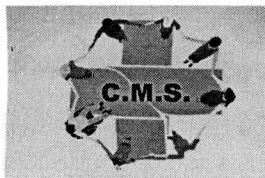
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 09/11/2017.

Às quinze horas, do dia 09 (nove), do mês de novembro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Livia M^a Dias Oliveira Bustamante, Presidente do CMS, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: 1º Ponto: Leitura de Ata da reunião anterior; 2º Ponto: Relatório do Segundo Quadrimestre/2017; 3º Ponto: Máquina de audiometria do CEREST – Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, que está em São Paulo; 4º Ponto: Indicação de Representantes do NEPS; 5º Ponto: Plano de Fitoterapia Municipal; 6º Ponto: Fala da representante da SEMUS sobre os casos de meningite; 7º Ponto: Modelo de relatório de viagem; 8º Ponto: Calendário de reuniões para 2018; 9º Ponto: Informes da Saúde. Iniciou-se a reunião com a Leitura da Ata da reunião anterior pela Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva, que após discussão e feitas algumas correções, foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º Ponto: Relatório do Segundo Quadrimestre/2017.** A Sra. Presidente pediu que os Conselheiros mantivessem o foco na pauta. Com a palavra o Relator da Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros, Iomar Mendes de Sousa, fez a leitura do Relatório, esclarecendo que o mesmo foi feito com pesquisa por amostragem. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra, dentre eles a Conselheira Maria das Graças C. de Sousa Magalhães que questionou a formatação e termos jurídicos do relatório, bem como o fato de não haver sido entregue com antecedência uma cópia do mesmo aos conselheiros. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que o relatório é uma receita das despesas do que foi gasto no período. E diante dessa dificuldade no entendimento, sugere que os próximos relatórios sejam mais enxutos, com mais dados e colocar só os assuntos pesquisados e que constam nos contratos. O Conselheiro Jurandi



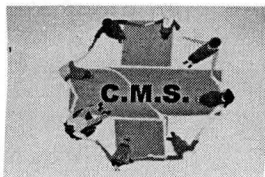
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

Mesquita disse que não confia em nada que é feito por amostragem, e que no Regimento Interno, no Artigo 11, Inciso 2º, diz que a pauta de reunião deve ser divulgada com 7 (sete) dias de antecedência; questionou ainda que ninguém teve conhecimento da matéria em discussão e que o relatório não está claro. A Conselheira Eurami Reis Pereira disse que de fato esse relatório não está embasado, tem que colocar só os fatos que foram analisados, não podendo o plenário aprová-lo sem retificações. É necessário mais clareza nos assuntos apresentados, devendo ser antes enviada uma cópia aos Conselheiros. Encerradas as falas, a Sra. Presidente colocou em votação o Relatório do Segundo Quadrimestre/2017, tendo sido apresentadas pelos Conselheiros as seguintes propostas: a) aprovar com ressalvas, colocando no relatório os pontos que foram abordado em plenária; b) aprovar do jeito que está, respeitando o trabalho e a legitimidade da Comissão; e c) que se vote o mesmo em outra reunião. Foi vencedora a proposta “b”, que aprovou o Relatório na sua íntegra, por 13 (treze) votos a favor e dois votos contrários, estes dos Conselheiros: Jurandi Mesquita e M^a. das Graças Carvalho de S. Magalhães. A Sra. Presidente convidou a Conselheira M^a. das Graças Carvalho de S. Magalhães para estar presente como convidada na elaboração do próximo relatório, com direito a voz. **3º Ponto: CEREST- Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – Máquina de Audiometria** que está em São Paulo. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa disse que ficou sabendo dessa máquina que estava para São Paulo para aferimento de uma peça, trás essa discussão pro CMS, porque por falta de R\$ 600,00 (seiscentos reais) essa máquina continua lá e o CEREST já mandou vários ofícios e até o momento nada foi resolvido. O Conselheiro João Carvalho Parrião, Coordenador da CISTT – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora entregou a Presidente do CMS o Ofício nº 15/2017, de 08 de novembro/2017, onde relata as dificuldades do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – CEREST, dentre elas que por duas vezes o CEREST deixou de prestar conta para CISTT dos valores gastos de janeiro a agosto com ações devido demora no fornecimento dos estratos de pagamentos e movimentação financeira dos recursos do programa, que já foram solicitados a SEMUS e até agora não foram enviados e pede ao CMS para fazer essa solicitação. Outra demanda é o aparelho de audiometria enviado para São Paulo desde janeiro de 2017, com autorização do Sr. Eli Samuel, porque na época em Imperatriz não havia nenhuma



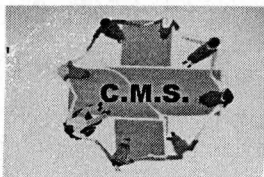
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

empresa para fazer o serviço de calibração. Hoje existe uma empresa que presta esse serviço, mas a máquina já está consertada e o CEREST já encaminhou ofício a SEMUS solicitando o retorno da mesma e até o momento não obtiveram resposta e a falta desse equipamento está prejudicando a Campanha de PAIR – Perda Auditiva Induzida por Ruído, que aconteceria dia 10 de novembro conforme Pactuação do RENAST – Rede Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Programação Anual de Saúde – PAS. Outra problemática vivenciada pela CIST e CEREST é com relação a implantação das CISTT's municipais e das Redes Sentinelas em Saúde do Trabalhador nos municípios da área de abrangência do CERET, pois o mesmo tem uma abrangência de 43 municípios, e Imperatriz tem um decreto municipal de uma distância mínima de 150 km, dificultando a ajuda de custo para CISTT e diária para o CEREST, e é inadmissível que se tire dinheiro do bolso para trabalhar. Temos recurso próprio e esse recurso não volta, tem mais de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) na conta e esses entraves dificulta gastar o recurso. A Conselheira Silvana Pitol disse que o recurso caía sempre em uma conta separada, pois ele não pode ser gasto com outras demandas que não seja CEREST. Acha que nesse decreto deve ser revisto a situação do CEREST, pois tudo que se faz ou deixa de fazer tem fiscalização. Recentemente estiveram em Açailândia e lá ninguém os recebeu por conta de ter que gastar com o almoço. A gestão tem que entender que o CEREST tem uma equipe especializada que quer trabalhar. O CONSELHEIRO Jurandi Mesquita disse que eles podem fazer uma proposta de diária sem limite de quilometragem. **4º Ponto: Indicação de Representantes do NEPS.** A Sra. Presidente disse que esse núcleo é uma política nacional que vem trabalhando a questão da RAS – Rede de Assistência à Saúde. Lá vai ter todas as formações para conselheiros. O NEPS propõe potencializar a aprendizagem em gestão da saúde, incentivando a cultura da integração entre ensino, serviço e controle social nos processos de qualificação e formação profissional, fortalecendo, portanto, o campo da gestão do sistema do sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do município de Imperatriz. Foram indicados os nomes das Conselheiras: Titular: Eurami Reis Pereira e Suplente: Silvana Lima da Costa Pitol. **5º Ponto: Plano de Fitoterapia Municipal.** A Sra. Bruna Castro Farmacêutica Coordenadora da Central de Abastecimento Farmacêutica fez uma breve explanação e disse que solicitou a inclusão desse tema para apresentar algumas ações à comunidade e controle social que já para



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

desenvolver as práticas integrativas e complementares em Imperatriz previstas pelo ministério da saúde que foram tomadas. Trabalha em parceria com a Atenção Básica e dia 27 de setembro de 2017 teve o pacto assinado pelo gestor para criação da Farmácia Viva. Os Agentes Comunitários de Saúde e toda Atenção Básica estarão sendo capacitados. No momento estão vendo como criar o Plano Municipal de Fisioterapia já que tem uma comissão criada. Baseiam-se nas características da região e já tem parceria com a UEMA, UNISUL e Cinturão Verde. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva pede para que quando o plano estiver pronto, seja enviado uma cópia para o CMS. A Conselheira M^a das Graças Carvalho de S. Magalhães disse que é importante esse trabalho com plantas medicinais, elas realmente curam quando bem feita e é importante resgatar o Centro de Pesquisa. A Conselheira Acilea Santos Nascimento Pereira ficou de fazer parte desta comissão. **6º Ponto: Fala da representante da SEMUS sobre os casos de meningite.** Com a palavra a Sra. Bárbara Novaes, Coordenadora da Vigilância Epidemiológica, disse que veio aqui esclarecer que não houve surto de meningite em Imperatriz. Uma única paciente do nosso município faleceu com meningite, os outros dois casos foram de outros municípios. Isso só trouxe pânico para Imperatriz que veio a gerar gastos e transtornos. A vacina só é liberada se tiver surto e não tem nada que justifique o caos. Várias pessoas recorreram a vacina particular. A Conselheira Silvana Pitol perguntou se havia sido feito a profilaxia dos trabalhadores que tiveram contato com a paciente e disse que a direção do Hospital Municipal deve disponibilizar os EPI - Equipamento de Proteção Individual aos funcionários em quantidade suficiente para protegê-los, e os mesmos devem usá-los. O Conselheiro Iomar Mendes de Sousa disse que segundo informação chegada ao CMS, é de que a Coordenadora do CAPS, local onde surgiu o caso, não deu nenhuma informação os funcionários, ela tinha que gerir a situação de crise. Outra coisa foi o prontuário do paciente que saiu em redes sociais, o próprio Prefeito publicando na televisão, criou uma histeria geral tornando o caos. A Sra. Bruna Costa disse que houve dispensação para profilaxia sim, mas houve omissão de fatos. A Presidente do CMS falou baseada nas informações prestadas pela Coordenadora Bárbara Novaes ao afirmar que a funcionária em questão, não atualizou as vacinações de rotina, já que ela fazia parte do grupo de risco, dizendo que a funcionária deveria atuar em alguma área administrativa e comentou que isso é uma questão de saúde do trabalhador e nosso município não



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

dispõe desse trabalho de acompanhamento do trabalhador. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol sugere o acompanhamento da saúde do trabalhador através do SMST – Serviço de Medicina de Saúde do Trabalhador que já deveria ter sido implantado para todo município e não pode ser o CEREST, pois é proibido por portaria. **7º Ponto: Relatório de viagem.** A Presidente do CMS apresentou o modelo de relatório de viagem para ser feito pelos Conselheiros que viajarem com recursos da SEMUS. **9º Ponto: Informes da Saúde.** A Sra. Presidente fez um breve comentário dizendo que as comissões do CMS que estão funcionando são as comissões de fiscalização e de contratos, não dá para estar nas comissões sem participar, e se queremos transformações e mudanças, precisamos nos envolver. A Conselheira Elizabeth Rodrigues Lima pede para constar em Ata que foi desrespeitada no Conselho, sendo acusada pela Conselheira Eurami Reis Pereira de “massa de manobra”. Não aceita esse tipo de acusação, pois ao longo do tempo tem procurado contribuir sempre para o bem do conselho de saúde e quando um pede a palavra o outro deve se calar. A Sra. Presidente do CMS, Livia M^a Dias Oliveira Bustamante ressalta que devemos tratar nossos pares com ética e dignidade e que de forma alguma vai ser aceito nesse conselho qualquer tipo de afronta à idoneidade dos conselheiros e mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ACILEA SANTOS NASCIMENTO PEREIRA

ALBANE FREITAS DE SOUSA

ANA CLÁUDIA BRAGA S. SILVA

ELIZABETH RODRIGUES LIMA

ERCY M^a do NASCIMENTO CHAVES

EURAMI REIS PEREIRA

FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA

HÉLCIA REGINA LIMA GONÇALVES

HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA

IOMAR MENDES DE SOUSA

JOÃO BATISTA SILVA NUNES

JOÃO CARVALHO PARRIÃO

JURANDI MESQUITA

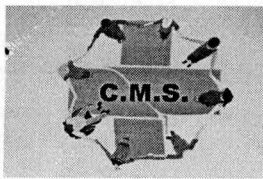
LÍVIA M^a DIAS O. BUSTAMANTE

Alcileia Santos Nascimento Pereira
Albane Freitas de Sousa
Ana Cláudia Braga Santos Silva
Elizabeth R. Lima

Eurami Reis Pereira
Francisco Neto Ferreira da Silva

Hélcia Regina Lima Gonçalves
Hélio José Bertoldo da Silva
Iomar Mendes de Sousa

João Batista Silva Nunes
João Carvalho Parrião
Jurandi Mesquita
Livia M^a Dias O. Bustamante



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

M^a das GRAÇAS C. de S. MAGALHÃES

M^a DIVINA DA SILVA REIS

M^a RAIMUNDA DE SOUZA ARRAZ

M^a TAMAR TORQUATO C. DE SOUSA

MANOEL ALVES PEREIRA

RENATA HERNANDES LEAL

ROSIMAR MELO TELES

RUI ALVES MACEDO

SILVANA L. da COSTA PITOL

Maria Divina da Silva Reis

Maria Raimunda S. Arraz

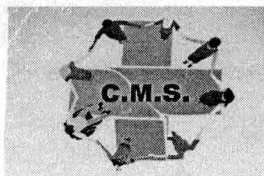
Maria Tamar T. C de Sousa

Manoel Alves Pereira

Rosimar Melo Teles

Silvana L. da Costa Pitol

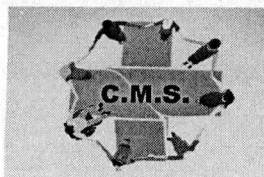
Imperatriz - Ma, 9 de novembro de 2017.



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

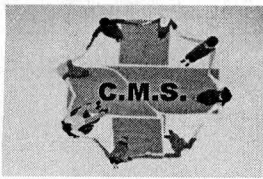
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS- CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 14/12/2017.

Às quinze horas, do dia 14 (catorze), do mês de dezembro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Foi justificada a ausência da Conselheira Vilma Lélia, Iomar Mendes de Sousa e Ana Cláudia Braga Santos Silva. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Livia M^a Dias Oliveira Bustamante, Presidente do CMS, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: 1º Ponto: Leitura de Ata da reunião anterior; 2º Ponto: Capacitação dos Conselheiros; 3º Ponto: Calendário de reuniões para 2018; 4º Ponto: Informes da Saúde. Iniciou-se a reunião com a leitura da Ata da reunião anterior feita pelo Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva. Após leitura da Ata a Conselheira M^a das Graças C. de Souza Magalhães quis saber quais as soluções dadas aos seus questionamentos e documento protocolado no CMS, relacionado à reunião do dia 14/12/2017 e sugeriu que seja contratado um Contador exclusivo para Assessorar os trabalhos da Comissão de Fiscalização, conforme determinado na Lei Municipal 1.531/2013 Após discussão, foi aprovada a Ata da reunião anterior com 13 (treze) votos a favor e 01 (uma) abstenção. **2º Ponto: Capacitação dos Conselheiros.** Com a palavra a Sra. Isabel Myriam Macedo, Assessora de Planejamento da SEMUS disse que sempre foi uma preocupação da gestão em trazer uma capacitação que venha atender os anseios do Conselho. O formato do SIOPS – sistema de Informação, PAS – Programação anual de Saúde e RAG- Relatório anual de Saúde obedecem a padrões do Ministério da Saúde, com essa capacitação os conselheiros terão esse reforço, trabalhando essencialmente o orçamento da saúde, como se executa e outras demandas. O material é excelente e no final de cada módulo teremos um exercício que vai mensurar a sua compreensão. Vamos respeitar a individualidade de cada conselheiro e teremos reuniões por blocos de roda de conversa. Só passaremos para o II Módulo quando todos tiverem feito suas atividades e quem não participar do I Módulo, não poderá passar para o módulo subsequente. Todo o conteúdo da capacitação foi enviado para o e-mail do CMS para ser avaliado. Franqueada a palavra, vários Conselheiros se manifestaram, dentre eles o Conselheiro João Carvalho Parrião que falou da necessidade da inclusão na capacitação com noções de contabilidade e jurídico. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa falou da sua dificuldade em homologar o RAG – Relatório Anual de Gestão e relata que foi mais de 03 (três) vezes no Setor de



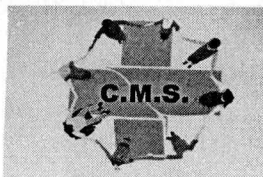
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

Planejamento solicitar ajuda, mas até agora não foi possível encontrar alguém disponível para ajuda-lo. O Conselheiro Manoel Alves Pereira comentou que na última reunião as Conselheiras Eurami Reis Pereira e Silvana Lima da Costa Pitol foram escolhidas para representarem o NEPS – Núcleo de Educação Permanente em Saúde que será apresentado no dia 19/12/17 o plano de capacitação / treinamento dos departamentos/órgãos que compõem o núcleo de gestão do NEPS/CMS e passou uma planilha para que seja feito o planejamento das capacitações e outros pontos que por ventura o Conselho ache necessário colocar. A Sra. Presidente acha a metodologia da capacitação por módulo muito boa, pois cada um vai fazer seu tempo e sugere um módulo ao mês. Em nova intervenção, a Conselheira M^a das Graças Carvalho de Souza Magalhães disse que com essa proposta de capacitação da SEMUS para o CMS vai dirimir os pontos de atritos, estamos aqui para prestar um serviço de relevância social para a sociedade e capacitados vamos fazer o melhor. A Sra. Isabel Myriam Macedo agradeceu a compreensão de todos, pois percebeu que estamos apontando no mesmo sentido, quanto mais informações o CMS tiver melhor para o Setor de Planejamento da SEMUS e pede para que o conteúdo seja disponibilizado para todos os conselheiros e quem não tem e-mail, vai ser dada apostila, basta o conselheiro solicitar ao setor de Planejamento que providenciará tal apostila e concluiu dizendo que o módulo só será fechado, quando 100% tiverem concluído, no entanto os módulos subsequentes serão abertos conforme evolução de cada um, e no encerramento da capacitação pretende trazer o representante do Conselho Nacional de Saúde na entrega dos certificados, para que sirva de reconhecimento e exemplo para outros municípios. Após todas as colocações a Sra. Presidente colocou em votação capacitação para os membros do Conselho de Saúde, com início em fevereiro, sendo um módulo a cada mês, o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. **3º Ponto: Calendário de reuniões para 2018.** A Presidente do CMS apresentou a proposta para que as reuniões do CMS continuassem no mesmo dia como de costume, só antecipando de 15 para as 14hs o horário de início, vários Conselheiros se manifestaram e foram apresentadas outras propostas: a) que as reuniões iniciassem às 14h; b) que as reuniões sejam no período da manhã, iniciando às 9hs e c) que permaneça com a mesma data e horário. Venceu a proposta “c” ficando toda segunda quinta feira de cada mês, no Auditório da SEMUS, das 15 às 18h. **4º Ponto: Informes da Saúde.** Assessoria de Planejamento – Isabel Myriam Macedo informa sobre a atualização do SAIPS/ Sistema de Informatização – SAMU que hoje está habilitado, aguardando relatório técnico do Estado para enviar ao Ministério da Saúde sobre as diligências apontadas em 2016. Que o SARGSUS/Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão vai ficar disponibilizado para todos logo que o CMS lançar ele no sistema. Que foi identificado no TFD – Tratamento Fora de Domicílio dificuldades de Marcação, dificuldades operacionais e



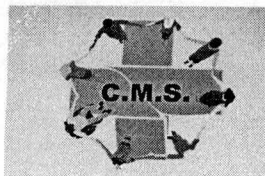
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

organizacionais. Houve uma reunião em São Luís – MA, sobre a dificuldade que enfrentamos com a Pactuação junto a São Luís. Temos a necessidade de fazer com que os pacientes saibam os seus critérios, temos pacientes de 2008 na fila de TFD. Agora estamos qualificando essa fila e São Luís precisa conhecer essa fila para nos dizer o que é que está acontecendo. A legislação/portaria de 1999, diz que o valor máximo da diária é de R\$ 30,00 (trinta reais). Nesse momento, vários Conselheiros se manifestaram contra essa redução do valor das diárias, alegando que é insuficiente para arcar com as despesas e que não supre sequer a alimentação. Ao retomar a palavra a Sra. Isabel Miryam reforça que é bom conhecer essa portaria, para que possamos discutir com propriedade. A Planilha de captação de recursos projetos especiais e emendas para 2017 está à disposição do CMS para que todos tenham conhecimento das emendas. Processo licitatório oriundos das emendas parlamentares – Recursos carimbados, o CMS foi comunicado do corte do recurso do HMI – Hospital Municipal de Imperatriz, encaminhamos plano de providência e no final de outubro recebemos uma devolutiva do Ministério da Saúde dizendo que eles precisam do relatório da Vigilância Sanitária do Estado e após, a gestão terá o cuidado de estar informando ao Ministério da Saúde para análise no sentido de conseguir desbloquear esse recurso. O Conselheiro Jurandi Mesquita pergunta quais as providências tomadas para que a gestão anterior devolva esse dinheiro de 2013-2016. A Sra. Isabel Myriam disse que não fomos punidos na devolução, mas protocolamos junto a todos os órgãos de controladoria e outros para que seja realizado as auditorias necessárias. Decreto emergencial de abril 2017/ Andamento em pleito. Fez uma breve explanação e disse que em novembro/2017 saiu a portaria do decreto e só tivemos direito a três milhões no teto MAC – para tudo que possa servir de custeios de média e alta complexidade. Previsão de despesas/dotação orçamentária 2018 – PPA 2018 – 2021 já está no e-mail do CMS o que se tem de recurso e orçamento para 2018. Solicitação de mudança de tipologia do HMI para tipo II. Foi mudada a tipologia do HMI e HII para tipo II, no sentido de aumentar recursos. Pois com a referência em pediatria, vamos ter mais recursos e nos podemos ser referência para vários serviços e provamos que somosem pediatria. Tudo já foi encaminhado para o MS, mas ainda não tivemos respostas por conta do bloqueio de 2016. Pedimos para que o Estado faça essa defesa. Tá difícil projetar pra frente por consequências de coisas passadas. A Sra. Presidente informa que a Comissão de Ética precisa ser ativada. Informa ainda que encaminhou ao Secretário de Saúde ofício nº 137, datado de 05 de dezembro/2017 solicitando uma reunião para tratar dos assuntos abordados no documento da CISTT enviado para o CMS, e que está aguardando a Assessora de Gabinete Sra. Roberta Feitosa Lima, agendar uma data para que a Mesa Diretora do CMS, juntamente com a CISTT E CEREST possam sentar com o Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano e alinhar essa questão, para que em 2018 não permaneçam os



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

mesmos entraves administrativos de 2017, que resulta inclusive, no não cumprimento das metas da PAS – Programação Anual de Saúde de 2017. Com relação à máquina de audiometria que ainda se encontra em São Paulo para manutenção, o Secretário de Saúde atual está aguardando o envio da cópia do ofício encaminhado pelo Secretário de Saúde na ocasião, Sr. Eli Samuel para que possa tomar as providências de trazer o aparelho de volta a Imperatriz. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol explicou que com a troca de Coordenador do CEREST foi perdida a cópia do documento e quem encaminhou foi a SEMUS, mas independentemente de encontrar ou não esses ofícios, o aparelho deve retornar. Hoje o município já tem o prestador de serviço e já foi encaminhando novamente ofício para a SEMUS solicitando essa manutenção. E a Coordenadora já havia conversado com o representante da empresa que se prontificou a prestar o serviço após autorização do Secretário de saúde. Em relação ao documento protocolado no CMS pela Conselheira M^a das Graças Carvalho de Souza Magalhães, onde solicita a anulação da aprovação do Segundo Quadrimestre que foi votado na reunião anterior. A Sra. Presidente esclarece que para que tal solicitação fosse colocada em pauta era necessário que pelo menos três conselheiros fazendo a mesma solicitação, e que seria uma incoerência da mesa diretora acatar tal pedido, haja vista que o próprio Conselho aprovou em plenária o referido Relatório e também a Ata da reunião. Com relação ao pedido de um Assessor Contábil para o CMS, já tem na Lei que rege o Conselho, agora é só ver a possibilidade da contratação deste Contador pela SEMUS. Com a palavra a Conselheira M^a das Graças Carvalho de Souza Magalhães disse que não sabia da norma de que teria que ter três solicitações para poder a reunião ser anulada, agora quer saber se para as reuniões futuras vamos nos corrigir. A Presidente responde que há de se notar que para esta reunião já houve melhoria, e confere que essa falha foi por conta das férias da nossa secretária, conforme já havia sido explicado em outras oportunidades. O Conselheiro João Carvalho Parrião informa da visita do Sr. Prefeito Francisco de Assis Ramos e do Secretário de Saúde Alair Batista Firmiano nas dependências do CEREST o que foi muito proveitoso, pois na oportunidade foi apresentado ao Sr. Prefeito alguns problemas vivenciados por esse departamento, incluindo a questão da máquina de audiometria e da contratação de dois profissionais, e informa também que foi criada a CISTT do município de João Lisboa com a presença do Secretário de Saúde Dr. Vilson Soares e com as entidades que compõem a CISTT, quando foi discutido vários assuntos de interesse da saúde do trabalhador com as entidades e o CEREST de Imperatriz ainda espera os extratos para poder prestar contas a CISTT. A Conselheira Lucília do Nascimento Lima, informa que o posto de coleta de exames laboratoriais que funcionava ao lado do posto de saúde do Santa Rita, fechou porque o proprietário queria aumento de cotas, daí a comunidade recorreu a gestão para que colocasse outro posto de coleta e até sugeriu



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

nomes. A Coordenadora da Atenção Básica, Érika Tourinho colocou o laboratório do Dr. Sílvio que também fechou justificando a falta de exames especializados. Mas a comunidade continua exigindo que seja enviado outro posto de coleta. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que os Laboratório são contratados para fazer exames em suas sedes e não nos bairros. Hoje temos muitos laboratórios e vai haver um credenciamento, mas a SEMUS não tem como definir qual laboratório prestará o serviço, pois há necessidade de se respeitar os princípios da transparência e atuam os que vencem nas licitações. A Sra. Presidente do CMS mais uma vez franqueou a palavra, o que ninguém mais fez uso da mesma, e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA
CLÁUDIA ALVES DE OLIVEIRA CARVALHO
ELINE ROCHA ARAÚJO LIMA
ERCY M^a do NASCIMENTO CHAVES
FRANCINEIDE ALVES PEREIRA
FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
JOÃO CARVALHO PARRIÃO
JURANDI MESQUITA
LÍVIA M^a DIAS O. BUSTAMANTE
LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA
M^a das GRAÇAS C. de S. MAGALHÃES
M^a DIVINA DA SILVA REIS
M^a RAIMUNDA DE SOUZA ARRAZ
MANOEL ALVES PEREIRA
ROSIMAR MELO TELES
SILVANA L. da COSTA PITOL

Albane Freitas de Sousa
Cláudia Alves de O. Carvalho
Eline Rocha A. Alves
Francineide Alves Pereira
Francisco Neto Ferreira da Silva
Hélio José Bertoldo da Silva
João Carvalho Parrião
Jurandi Mesquita
Livia M. Dias O. Bustamante
Lucília do Nascimento Lima
M. das Graças C. de S. Magalhães
Maria Divina da Silva Reis
Maria Raimunda S. Arroz
Manoel Alves Pereira
Rosimar Melo Teles
Silvana Lima de Costa Pitol

Imperatriz - Ma, 14 de dezembro de 2017.

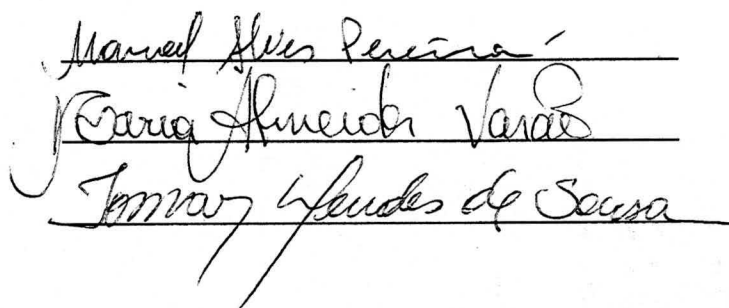
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz – Maranhão.

Ata da reunião extraordinária da Mesa Diretora do CMS – Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz – Maranhão. Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às 10:30 horas da manhã, na sala de reuniões do Conselho, estiveram presentes Manoel Alves Pereira(Vice-Presidente), Maria Almeida Varão(1ª Secretária) e Iomar Mendes de Sousa(2ª Secretário) membros da Mesa Diretora. A reunião foi conduzida pelo Vice-Presidente que assumiu a função de Presidente conforme o que dita o Artigo 8º do Regimento Interno do CMS I – Substituir o Presidente em suas faltas e/ ou impedimentos legais, bem como outras funções que lhe forem delegadas pelo Presidente. Foi apresentado o ofício nº 126/2017GSB-SEMUS, solicitando um AD Referendum com relação ao serviço de nefrologia do município de Imperatriz – Maranhão com abrangência regional, passe a ser de responsabilidade do Estado do maranhão através da Secretaria de Estado da Saúde. Após leitura e discussão da solicitação, submeteu-se em aprovação dos Conselheiros membros da Diretoria que aprovou a referida solicitação.

Manoel Alves Pereira

Maria Almeida Varão

Iomar Mendes de Sousa



Imperatriz - Ma, 23 de junho de 2017.

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE / SUS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS ESPECIAIS**

Ofício Nº 126/2017 – GAB/SEMUS

Imperatriz – MA, 23 de junho de 2017.

AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MA
Att, João Assunção Martins.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho por meio deste solicitar em caráter de urgência a esse colegiado, face a necessidade da relevância de atendimento aos pacientes que utilizam do Serviço de Nefrologia a apreciação para a partir de então que; todo o Serviço de Nefrologia do Município de Imperatriz com abrangência Regional, passe a ser mediante parceria entre o Município de Imperatriz e o Estado do Maranhão.

Desta forma, ficando assim tais atendimentos referentes aos Serviços Nefrológicos a serem de competência e responsabilidade do Estado do Maranhão através da Secretaria de Estado da Saúde/MA.

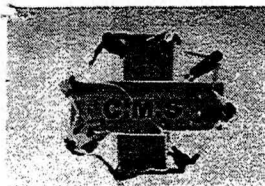
Conscientes da relevância deste Colegiado, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

RECEBIDO EM:
22/06/17 às 16:02h

[Assinatura]

Atenciosamente,
Isabel Myriam Pereira Leite Macedo
Assessora de Planejamento e projetos especiais

Isabel Myriam P. Leite Macedo
Assessora de Planejamento e Projetos Especiais



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ- MARANHÃO

RESOLUÇÃO AD – REFERENDUM / C.M.S. 11/2017

O Vice - Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, Estado do Maranhão, **AD – REFERENDUM**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno em seu Artigo 15 e pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei 8.066, de 8 de outubro de 1997 e a resolução 333 de 4 novembro de 2013, decisões tomadas pela Mesa Diretora na impossibilidade de reunir o plenário, deverão ser homologadas ou não pela **plenária do CMS**;

RESOLVE:

- 1º - Aprovar que o Serviço de Nefrologia do Município de Imperatriz com abrangência Regional, passe a ser de responsabilidade do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado da Saúde mediante parceria entre o Município de Imperatriz.
- 2º - Esta Resolução deverá ser referendada pelo pleno, por ocasião da realização da próxima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, que será realizada em 13 de julho de 2017.
- 3º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Imperatriz - MA, 23 de junho de 2017.


Alair Batista Firmião
Secretário Municipal de Saúde
Portaria - 1954


Manoel Alves Pereira
Vice-Presidente do CMS

Homologo a Resolução CMS Nº 11, de 23 de junho de 2017, nos termos do Art. 12 inciso, I da Lei 1.537/2013.

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE / SUS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS ESPECIAIS**

Ofício Nº 131/2017 – GAB/SEMUS

Imperatriz – MA, 29 de junho de 2017.

AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - MA
Att, João Assunção Martins.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho por meio deste solicitar a Vossa Senhoria a suspensão do requerimento contido no ofício nº 126/2017 referente ao pedido de apreciação deste Colegiado para que todo o Serviço de Nefrologia do Município de Imperatriz com abrangência Regional, passasse a ser realizado mediante parceria entre o Município de Imperatriz e o Estado do Maranhão.

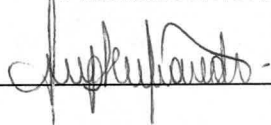
Informo que tal pedido de Suspensão está sendo feito porque em conversa realizada entre as partes interessadas chegou-se a outra sugestão que passará a ser estudada para a solução do caso em epígrafe.

Diante de tal feito retira-se da Pauta e caso haja necessidade manifestaremos novo pedido.

Desde já agradecemos a atenção para conosco dispensada e aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Conselho Myn. de Saúde
Secretaria Executiva
29/06/17 14:00 hs

Atenciosamente,



Isabel Myriam P. Leite Macedo
Assessora de Planejamento e Projetos Especiais

Isabel Myriam Pereira Leite Macedo
Assessora de Planejamento e projetos especiais
Plat 50 RM-2